

Coronéis de oposição?

Um estranho manifesto atribuído a coronéis diz que "o país está maduro para a democracia" e que "as forças armadas estão cansadas da função de guarda pretoriana de torturadores e corruptos". Pág. 2

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — NÚMERO 6 — Cr\$ 10,00 31/3 A 6/4 DE 1978

14 anos de regime militar!

Até quando?

As comemorações do 14º aniversário do regime militar coincidem com a visita de Jimmy Carter, com manifestações estudantis em todas as capitais e com denúncias de torturas e desaparecimentos de presos políticos.

Onde estão aquelas senhoras piedosas que marcharam, cívicas, exorcizando os fantasmas do comunismo?

Os operários sabem o que aconteceu com eles: 14 anos de arrocho

salarial, de perda constante do poder aquisitivo, de repressão e torturas.

Entre os próprios convivas faltam comensais famosos: Magalhães por exemplo. Militares voltam a distribuir panfletos nos quartéis. Não há motivos para comemorações, pois o regime não consegue superar a crise e o seu isolamento da sociedade civil. O cansaço dos trabalhadores chegou ao nível do insuportável e crescem as manifestações de oposição.



Comício da Central, 13 de março.

AJB

1964 - A conspiração militar. A queda do governo populista de Jango. HOJE - 14 anos depois: A crise atual do regime. Os impasses e os malabarismos para sua manutenção.

Um aniversário comemorado em cima de protestos. Com o crescimento dos movimentos de oposição que discutem e propagam a luta pela anistia, pelas liberdades democráticas, pela organização partidária.

Nesta edição Florestam Fernandes discute e aprofunda os temas principais colocados para as oposições. Lideranças operárias e militares cassados falam de 1964. Fernando H. Cardoso, Paul Singer e Caio Prado Jr., analisam o sentido do golpe. Também uma análise sobre as oposições ao longo destes 14 anos. Pág. 3, 6, 7 e 9.

A troca de Carter

Ao dar à imprensa brasileira respostas deliberadamente ambíguas e evasivas às perguntas sobre direitos humanos e ao repetir em profundidade, ao mesmo tempo, todas as restrições que vinha fazendo ao programa nuclear do Governo, Carter mostrou que tipo de negócio está disposto a fazer com o regime militar: esqueçam o acordo atômico com a Alemanha que eu esquecerei a questão dos direitos humanos. Um acordo que o governo Geisel não aceita, mas que talvez possa ser negociado com o governo Figueiredo. Pág. 5

Política cultural do Regime

Pagando alto com sua política de subvenções à produção de arte, o regime consegue desmobilizar os artistas, protegendo a censura nos gabinetes da burocracia do MEC. Pág. 8.



Dia Nacional de Protesto, 28 de março.

Niels Andress

As denúncias de prisões ilegais, torturas, assassinatos e desaparecimentos de presos políticos marcaram o Dia Nacional de Protesto em memória de Edson Luiz, assassinado no Rio, em 68, e de Alexandre Vanucchi, em São Paulo, em 73. As manifestações em Belo Horizonte foram reprimidas com violência e foram feitas várias prisões, assim como em Porto Alegre. Mais de 10 mil estudantes, em diversas cidades, levantaram faixas exigindo Anistia ampla, geral e irrestrita e reergueram a bandeira da UNE. Pág. 4



Enio B. Neto

Paraná: caça às bruxas	4
Os rumos da Celam	5
Rede Global de alienação	8
Marxistas de chupeta	10
Os operários de aço	12

Manifestos nos quartéis

Está circulando em algumas unidades militares um surpreendente manifesto originário de coronéis da Vila Militar, no Rio de Janeiro, exigindo o retorno a um regime democrático e o fim das "torturas e prisões arbitrárias".

O manifesto tem a data de 27 de março e se inspira diretamente nas comemorações das últimas semanas que por um lado mobilizara a opinião pública na denúncia da repressão e revelação do grande número de suas vítimas, e, por outro lado, forçaram o governo a mandar que fossem rezadas missas pelos próprios agentes da repressão que também morreram. "Para cada herói morto na repressão ao terrorismo", diz o manifesto, "há um sem número de vítimas da ditadura".

O manifesto termina dizendo: "basta de prisões arbitrárias, basta de torturas. O país está maduro para a democracia sem adjetivos. As forças armadas estão cansadas da função de guarda preteriana de torturadores e corruptos."

Segue-se a assinatura, "Movimento Militar Democrático Constitucionalista - MMDC", o mesmo que já nas comemorações do 31 de março do ano passado tentou sem

sucesso entregar uma carta ao general Geisel. Da tentativa abortada, nasceu dias depois um primeiro manifesto, bem mais longo do que o atual, onde era pedida a anistia e uma constituinte a ser promovida por um "governo provisório".

O MMDC não deve ser confundido com o "Movimento Revolucionário Democrático", formado também por oficiais, que acaba de distribuir enorme quantidade de fitas gravadas com o discurso do coronel Tarcísio Nunes, de Ponta Grossa, e alguns outros pronunciamentos, em linguagem bem mais confusa do que a utilizada pelo MMDC.

As poucas informações disponíveis sobre a natureza do MMDC indicam que trata-se de movimento com pequeno apoio entre coronéis, ainda que alguns tenham comando de tropa. Por outro lado, tanto no caso do MRD, cujas fontes de financiamento para a reprodução de 40 mil fitas gravadas são desconhecidas, como no caso do MMDC, são fortes as suspeitas de que agem sob influência norte-americana. No caso do MMDC, há pelo menos um vínculo que remete a antigas atividades da CIA no Brasil.

Vamos dar as mãos vamos dar as mãos

Ninguém sabe ao certo quem o convocou. Mas são generalizados os protestos contra um nebuloso "Dia da União", marcado para este sábado em frente à tv Globo, no Rio. Até onde se pode chegar, o dia da tal união começou a ser convocado por artistas de própria Globo e teria como objetivo insólito "unir medrosos e amedrontados, censurados e censores, artistas e empresários".

Os protestos maiores, e as maiores suspeitas sobre os verdadeiros promotores da tal manifestação, partiram do Sindicato dos artistas do Rioque soltou uma nota desconvocando-a e negando qualquer envolvimento. O Dia da União, e é quase certo que não foi por coincidência, é convocado exatamente num período difícil e cheio de tensões para a classe artística do Rio. Nos últimos dias, a censura proibiu a encenação de "O belo burguês", de Pedro Porfirio, da Ópera do mendoço", de John Gay (escrita em 1728), o show de Thiago de Mello e Sérgio Ricardo (já apresentado em São Paulo), e músicas do acordeonista Sivuca, que

estreiou um show a semana passada. Soma-se a isso um mês de protestos e paralização dos trabalhos de 300 dubladores do Rio e de São Paulo e a proximidade das eleições para o Sindicato, que serão 3, 4 e 5 de abril. A questão dos dubladores tende a se agravar. Herbert Richard, que detém 80 por cento do mercado de dublagem de filmes para televisão, pediu à DRT intervenção no Sindicato. Neste contexto, o Dia da União tende a agravar os momentos de tensão entre os artistas do Rio e a escomotear seus principais problemas. De qualquer modo, se encaixa como uma luva dentro de uma proposta mais geral de conciliação nacional e foi marcado para o dia certo - 1º de abril.

Depois da derrota

Com a derrota da esquerda nas eleições francesas, começa um período de mudanças e reavaliações tanto para o PS quanto para o PC. Os socialistas, vivendo há quatro anos na expectativa de chegar ao poder em 1978, deverão se adaptar a nova realidade. Nos próximos meses pelo menos duas correntes deverão se cristalizar durante as discussões sobre a derrota. Uma, mais à direita, tentará explicá-la pela aliança com os comunistas e seguramente proporrá uma aproximação com setores centristas; a outra, mais à esquerda, onde deverá estar o CERES - tendência minoritária do PS - contestará a política de colaboração de classes, exigindo que a união se faça pela discussão nas bases.

Para o PC, o debate e o balanço sobre a derrota também será tumultuado. Durante a campanha eleitoral ele havia radicalizado sua posição - como, por exemplo, ao recusar o programa de austeridade ou ao aceitar a autogestão, pontos antes ausentes de seu programa. Suas bases parece que levaram a sério estas palavras de ordem e agora se propõem a continuar a luta. Mas esta nunca foi a tática do PC. Logo após o anúncio da derrota, o secretário geral da CGT (comunista), com 2,3 milhões de membros), George Seguy, já deixava isto bem claro ao demonstrar sua vontade de "ser razoável" e abrir imediatamente negociações com o governo. As bases, certamente, terão dificuldades em compreender esta mudança. Como se encaminhará este desencontro da cúpula partidária com as bases é difícil saber, pois a democracia dentro do PC ainda não predomina.

Letânia Menezes

O ovo de Magalhães

Depois do ovo de Colombo, o ovo de Magalhães: o senador mineiro descobriu que a convenção da Arena - a ser realizada nos dias 8 e 9 - não passará de um jogo de cartas marcadas para sacramentar a candidatura de Figueiredo. Como a ingenuidade não é o seu ponto fraco, por que só agora ele denuncia o óbvio?

Como não se pode acreditar na lenda da sua conversão à democracia, é de se perguntar: qual é a do senador mineiro ao romper publicamente com a Arena e acusar Geisel de dividir o país?

Magalhães continua apostando na crise. Parece estar convencido de que o grupo encastelado no poder tende a se isolar cada vez mais e não conseguirá restabelecer o

consenso nem entre os militares nem entre as bases de sustentação social do regime. E nada como se apresentar aos olhos deste público privilegiado como uma alternativa que pode salvar o navio antes que ele afunde. Mesmo que para isto tenha que dar alguns lances ousados, como a sua última jogada de denunciar a farsa da convenção arenista.

Ele sabe muito bem que não conseguirá o seu intento se ficar limitado às regras do jogo estabelecidas por Geisel. É necessário correr por fora, o que ainda lhe dá uma vantagem: aparece aos olhos da opinião pública como o bom velhinho interessado em colocar o país no bom caminho. Foi por isto que ele descobriu o ovo de Colombo.

Preso, morto, julgado, absolvido.

Armando Teixeira Frutuoso foi absolvido, terça-feira, por unanimidade, pelo Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército. Armando Frutuoso era acusado, junto com sete outras pessoas, de reorganizar um partido clandestino. Foi, assim como seus companheiros, sequestrado em meados de 1975 e torturado pelos órgãos de repressão, DOPS do Rio e DOI-CODI do Rio e de São Paulo. Só que a absolvição chegou tarde e serviu apenas para tornar mais insólita a farsa armada nos bastidores da polícia política: Frutuoso, ex-presidente do Sindicato dos trabalhadores da Light, foi assassinado nos cárceres do DOI-CODI do Rio no início de setembro de 1975. Delzir An-

tonio Mathias, um dos acusados agora absolvido, encaminhou ao Juiz Auditor a seguinte denúncia: "A minha denúncia de sua morte decorre do fato de haver ouvido de minha cela no DOI-CODI os seus gritos lacerantes emitidos nos noites e dias seguidos e que cessaram. Estou convencido de que se trata do Sr. Armando Teixeira Frutuoso por ter ouvido naquela ocasião o comentário de um torturador para outro afirmando que "Esse lixo humano é o Juca ou Armando Frutuoso."

Tanto neste julgamento como em outro anterior, onde foi condenado a cinco anos de prisão, a imaginação da polícia política e da Justiça Militar fez com que Frutuoso fosse julgado como revel. (V.L.)



Convergência Socialista

Com aproximadamente 1000 participantes, realizou-se, no dia 19 em SP, a reunião do movimento Convergência para formação de um Partido Socialista. No auditório do Curso Equipe, o atropelo do grande número de pessoas animada por alguns discursos agitados, a reunião veio mostrar que o tema é, no mínimo, "quente". Presenças representativas e ouvintes de núcleos pró-PS do RS, RJ, MG, Brasília, PR, Sta. Catarina e SP constituídos, de oposições sindicais e uma larga maioria estudantil.

Entretanto, traindo expectativa de muitos, o debate não se deu, embora tenham sido colocadas visões diferentes do movimento socialista hoje. Assim, foram aprovadas moções e mais moções que propunham várias lutas, ficando de lado discussões como a linha programática, papel de um PS. Aprovaram, no final, a "Semana de Convergência Socialista" que se antecipará ao 1º de maio, contando de debates, shows, leituras de arte, etc.

Observação importante é a de que grupos de intelectuais, professores, setores ligados à igreja, estudantes e certas oposições sindicais (sobretudo de SP, MG, RS) não compareceram e os que fizeram foram como ouvintes (a exemplo de algumas delegações es-

tudantis e José Carlos Oliveira, presidente do setor jovem MDB-RS). Várias justificativas podem existir para tal ausência. Uma delas é que articulações que antes se encontravam unidas ou pelo menos namorando a "convergência", desmoronaram. Um exemplo é a que rodeia o Sr. Almino Afonso. Esta tendência parece se concentrar na preservação da "frente eleitoral" com autênticos e agregados, visando obter sublegendas para candidatos socialistas, entendendo não dever "forçar a barra" agora.

E daí? Primeiro, a grande arrancada, se antecipando às reviravoltas da reforma institucional, mostrando que deve-se influir na conjuntura. Segundo, uma chamada à-queles que compreendem a luta por um PS hoje numa postura diferente da convergência, ficam atrasados no processo. E terceiro, um alerta: a ilusão com um inchaço do movimento (de 200 na primeira reunião a 1000 na segunda) pode fazer frágeis suas pernas, ainda distantes de estar fincadas na terra, abrindo espaço para que um "atropelo" possa fazer descer o movimento tão rápido quanto subiu.

No mais, o debate está colocado. Queiram ou não, é necessário entrar nele. (S. Z.)

Delírio a italiana

O sequestro de Aldo Moro, até agora o ponto máximo da estratégia delirante das Brigadas Vermelhas, forneceu à Democracia Cristã italiana a oportunidade de criar em torno de si um clima de salvação nacional. O primeiro resultado dessa situação foi a aprovação por larga margem de votos, no Parlamento, de uma legislação "antiterrorista", que lhe serve, como uma luva, para a repressão do movimento operário. As consequências já estão aí: no dia 18 de março, dois militantes das organizações "Luta Continua" e "Autonomia Operária" foram assassinados. No mesmo dia, a polícia invadiu, armada com metralhadoras, Congresso regional do grupo "Democracia Proletária". O clima de "caça ao extremista" calou, inclusive, os grandes partidos operários e os sindicatos.

Em vez do "compromisso histórico", a Itália está vivendo o "compromisso histórico", Sr. Berlinguer e seus seguidores, numa guinada radical para a extrema-direita. (C.E.)

constantemente patrulhadas pelas forças de segurança do Estado.

E em torno da DC ressurgiu um velho aliado: a Máfia. Aliada do tempo em que os chefes dissolviam a bala comícios operários e dos escândalos imobiliários que tornaram tristemente famosa a DC italiana. Representantes da Máfia prometeram agora "justiça" os membros das Brigadas. Certamente, a ação policial intensa está atrapalhando as negociações.

Sem dúvida, o que se há de concluir da ação isolada das Brigadas e de suas consequências é que a vida política italiana permanece instável, podendo cair, num futuro próximo, por força de novas ações ou de provocações policiais e de bandos fascistas, numa escalada de violência política e repressão sobre as massas. Em vez do "compromisso histórico" proposto pelo Sr. Berlinguer e seus seguidores, numa guinada radical para a extrema-direita. (C.E.)

FINAIS

BANCÁRIOS-PR/ "A situação que fique certa: se não levarem urnas à todas as agências, denunciaremos tudo junto à categoria." A advertência é da oposição sindical dos bancários de Curitiba, candidata às eleições do próximo dia 4. A única chapa de oposição sindical da cidade já prevê manobras da diretoria atual, omisso diante dos principais interesses da categoria e mais preocupada em promover partidas de futebol e melhorar o serviço dentário. A oposição não combate essas propostas, mas acha que o principal é a luta pela reposição salarial, pela liberdade sindical e pelo fortalecimento e democratização do sindicato. Empunhando essas bandeiras, pretende assumir a defesa decidida da bancária gestante, sistematicamente despedida; daqueles que estudam e não conseguem dispensa nos dias de prova; dos funcionários que sofrem descontos nos salários quando quebram uma máquina ou outro instrumento de trabalho qualquer. As vésperas das eleições, os banqueiros e gerentes dos bancos de Curitiba ameaçam mandar pra rua quem entrar para o sindicato ou participar das eleições.

PROFESSORES-SP/ A laudatória de São Paulo absolveu 5ª feira, por unanimidade, os professores Paulo Frateschi, Nelson Frateschi Filho, Heloisa Adalio Frateschi, Guimardo de Souza Milhomem Neto e o jornalista José Luis Moreira Brum. Todos foram acusados, pela Procuradoria, de atividades subversivas no Centro de Orientação Educacional - COE, na Lapa, e de fundarem o Movimento de Oposição Aberta dos Professores - MOAP. Pesava ainda a acusação de influenciar as decisões da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado. Apeoesp, dirigida pelo pelego Rubens Bernardo, uma das principais testemunhas de acusação no processo. A absolvição não anula, entretanto, a violência das perseguições, interrogatórios e intimidações da polícia política sobre os acusados.

APEDREJAMENTO-SP/ Na quarta-feira passada, o ônibus de Vila Nhocunê, demorado mais de meia-hora. Os passageiros, com pressa de chegar ao serviço, prejudicados pelos constantes atrasos, não aguentaram mais apedrejaram o veículo. No dia seguinte, a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) colocou 16 ônibus pra atender o pessoal do bairro. Uma melhoria significativa, numa linha que contava com apenas seis veículos até um dia antes do quebra-quebra.

GREVE-SP/ Operários de três seções da Mercedes-Benz (São Bernardo do Campo), fizeram greves de 2 a 4 horas entre domingo e segunda-feira, protestando pelas promessas de função que beneficiaram uma minoria dentro da empresa. Os patrões não perderam tempo e mandaram para a rua 17 dos operários que protestavam. Enquanto isso, o setor de relações públicas fazia questão de convenecer a imprensa de que tudo era mentira, que não haviam ocorrido protestos nem demis-

sões de revoltados. Os repórteres só ficaram sabendo dos fatos através do Sindicato dos Metalúrgicos, quatro dias depois das greves.

MULHERES No dia 18/3 reuniram-se em Santo André, trabalhadoras de várias categorias: metalúrgicas, gráficas, empregadas domésticas, do prelo de casa. Esta reunião foi realizada para discutir o projeto de lei proposto pelo Ministério do Trabalho que visa fazer alterações na atual legislação que regula o trabalho feminino (EM TEMPO Nº 4) As conclusões foram as mesmas do I CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA DE S. BERNARDO E DIADEMA: "os trabalhadores não foram consultados sobre as modificações e as alterações propostas em nada os favorecem".

INPS A partir de julho próximo os segurados do INPS só terão direito ao seguro família se apresentarem o atestado de vacina de seus filhos menores de um ano.

Acontece, entretanto, que neste mesmo ano apenas 22,9% das crianças brasileiras tinham sido vacinadas contra varíola; 29,2% contra sarampo; 24,9% contra tétano, difteria e coqueluche e 34,1% contra a poliomielite. O governo está, pois, em situação difícil: ou não paga o seguro família da maior parte dos segurados do INPS, ou adia a entrada em vigor da exigência do atestado. Em qualquer dos casos estará assinando, mais uma vez, seu próprio atestado de incompetência.

MUTIRÃO/CE "Em Fortaleza, o jornal MUTIRÃO não pode! Me dá a lista com os nomes de todos os assinantes, colaboradores e representantes do jornal, ou então não vai sair mais!" É assim que fala João Desidério, delegado da Polícia Federal, no Ceará. Para ele, jornal sem nomes fichados é jornal "clandestino" conforme ofício que enviou aos diretores, Sílas de Paula e Célia Guarabira, em 10 de março. Os dois já foram intimados a depor por três vezes, em menos de um mês e meio, mas não entregaram a lista. E impetraram mandado de segurança para defender o jornal, contra o inquérito policial mandado instaurar para "apurar a situação legal do jornal". Do Paraná ao nordeste, os métodos variam, mas a arbitrariedade é a mesma, a repressão procurando impedir a liberdade de expressão.

BANCÁRIOS-RJ/ A Delegacia Regional do Trabalho definiu finalmente, depois de quase dois meses com os processos em mãos, anular as eleições do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, por diversas irregularidades. Com a anulação o processo é iniciado novamente, com o mesmo quorum e a maioria absoluta necessária para a vitória.

A chapa de oposição, encabeçada por Ivan Martins Pinheiro, defende a luta pela autonomia sindical; pelo direito de greve; pelas comissões por empresa; e pelo aumento dos salários a níveis superiores ao do custo de vida. Interessa à oposição que as eleições seceram feitas antes do dia 20 de abril, quando termina o mandato da atual diretoria.

Porque me ufano de meu país

A polícia curitibana andou farejando uma incrível inovação no campo pedagógico: como se não bastasse o marxismo em rápidas lições, ele agora pode ser ministrado através de mamadeiras. As autoridades do Ministério da Educação, embora nem sempre compartilhem da mesma imaginação criadora, nem por isso negligenciaram o trabalho doutrinário junto aos escolares. O 31 de março é obrigatória e cuidadosamente preparada à base de bandeirinhas, cataventos verde-amarelos monstros, ditados e discursos patrióticos. Uma grande quermesse cívica, não fosse um pequeno detalhe. Em muitas escolas esta data coincide com a mini-campanha eleitoral para o centro cívico da meninada. As chapas se diferenciam na maioria das vezes pela cor - será que vão descobrir a propaganda vermelha subliminar? - para que os menorzinhos da primeira série possam votar. Tal como esse negócio de doutrinação é complicado. Nada como comemorar a data da extinção de certas práticas democráticas, e ao mesmo tempo praticá-las. Será que o discurso do professor de Moral e Cívica resiste a este teste?

Jornalistas conseguem negociação direta

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, reunido em assembleia no dia 11 deste mês, impôs, diante à DRT (Delegacia Regional do Trabalho), nova forma de negociação salarial entre patrões e empregados.

O Sindicato, agora, organizará suas reivindicações de negociação direta entre empregados e empregadores de cada empresa, para, depois, recorrer à DRT. Já na antiga negociação, era a DRT quem convocava, em mesa redonda, o Sindicato e os empregadores de cada empresa, antes mesmo que os problemas da categoria fossem discutidos com as bases.

Dentre as reivindicações discutidas e aprovadas em assembleia estão: reajuste salarial de 70%, piso salarial de seis salários mínimos, piso para estagiário de Cr\$ 4.500,00, exigência de 20% nas repubblicações de matérias de jornalistas e fotógrafos, adicional noturno, reajuste de seguro de viagem de acordo com reajuste salarial, estabilidade para gestante e cumprimento da lei que exige uma creche para filhos de jornalistas.

Foi formada, também, uma comissão de fiscalização composta por delegados de cada empresa com imunidade sindical. Essa comissão denunciará todas as arbitrariedades cometidas nas empresas jornalísticas.

goria fossem discutidos com as bases.

Dentre as reivindicações discutidas e aprovadas em assembleia estão: reajuste salarial de 70%, piso salarial de seis salários mínimos, piso para estagiário de Cr\$ 4.500,00, exigência de 20% nas repubblicações de matérias de jornalistas e fotógrafos, adicional noturno, reajuste de seguro de viagem de acordo com reajuste salarial, estabilidade para gestante e cumprimento da lei que exige uma creche para filhos de jornalistas.

Foi formada, também, uma comissão de fiscalização composta por delegados de cada empresa com imunidade sindical. Essa comissão denunciará todas as arbitrariedades cometidas nas empresas jornalísticas.



CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Álvaro Caidas, Antônio Carlos Carvalho, Antônio de Pádua Prado Jr., Bernardo Kucinski, Fausto Brito, Gleisone Coccena, João Batista Mares Gula, Jorge Baptista, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Otto J. Mattos Figueiras, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Ronaldo Mota, Tibério Canuto.

DIRETORES: Antônio de P. Prado Jr., Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Bernardo Kucinski (Chefe de Redação).

Secretário de Redação: Carlos Moreira.

EDITORIA: Internacional: Carlos Tibério (editor), Marion Frank, Lionel Almeida, Altair Moreira, Eliezer Rizzo; Nacional: Tibério Canuto (editor), Maria Moraes, Eduardo Fernandes, Carlos Savério, Carlos Moreira, Paulo Sérgio, Geraldo Nascimento, Antônio Roberto Spínola, Cecília Garçon, Flávia Rezende, Cultura: José Arrabal, Maria Rita Kehl, Sérgio Squilanti (editores), Paulo Nassar, Ethel Leon, Mateus Sampaio, Cláudio Camargo, Fátima Diniz, Na-

dine Habert, Sérgio Rodrigues, Demétrius Magnoli, Gilberto Morgado.

Arte: Eurico Ugaya, João Bosco L. Brandão.

Niele Andreas, Paulo Roberto M. Borges, Sérgio L. Papi.

Arquivo-Pesquisa: Silvestre Prado, Gilson Andrade, Márcia Albuquerque, Maria Quinteiro, Roberto Peixoto, Celso Lellis, Rita Spínola.

BUCURIAIS - Brasília: Marco Antônio, Marina Jurez, Rita de Cássia; **Recife:** Orlando Mindelo, Paulo Magalhães, Sérgio de Souza (administração e coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatru, Virgínia Botelho (redação), Alzira Medeiros, Cecy Prestrello, Hilton Almeida, Lina Lima, Pedro Moreira, Riva Nogueira (distribuição); **Belo Horizonte:** Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, Henrique Oliveira, João Antônio de Paula, João Machado, Lélis Santos, Maizé Trindade, Maurício

Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilela, Ricardo Rabelo, Sérgio Asaphan, Virgílio Guimarães, Virgínia Pinheiro (redação), Mariza Araújo (administração); **Curitiba:** Carlos Ruggi, Elza de Oliveira, Reinaldo Atem; **Porto Alegre:** Ana Barros Pinto, Gerson Schirmer, Jandira César, Jorge Garcez, Letânia Menezes, Marcelo Matte, Marcelo Lopes, Paulo Fogaça, Rejane Fernandes; **Salvador:** Adélio Oliveira, João Henrique, Linávia Maria, Olíck Miranda, Rito de Jesus; **Adauto Noves, Ana Maria Mandim, Antônio José Mendes, Bernardo Karan, Berta Sichel, Clotilde Hasselmann, Enio Brauns Filho, Luiz Arnaldo Campos, Marcelo Beraba, Marcos Araújo Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Paulo César Araújo, Ricardo Lessa, Ruth Joffily, Sérgio Sbraglia, Suely Caldas (redação), Alan de Albuquerque, Cláudio Câmara, Jorge Ricardo Gonçalves, Olga de Assis, Orlando Guilhon, Raimundo Teixeira, Regina Braga; **ESCRITÓRIOS - Vitória (ES):** Joaquim Nery, Luiz Rogério Frabino, Pedro Mansur, Victor Martins; **Campanha (SP):** Fátima Barbosa, João Roberto Martins Filho, Rei-**

nildo Barros.

ADMINISTRAÇÃO - (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edward Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, José Nadai, Nilsó Sérgio Diniz.

Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Márcia Ramos de Souza. (SP)

Adélio Oliveira (SA)

Editor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO - nº 6 - abril de 1978 - publicação da Editora Aparte S/A, rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo-Horizonte). **Redação:** rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo). Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda., rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412, Pinheiros (SP) - Fone: 853-7461. Distribuição: Fernando Chingaglia Distribuidora S/A, rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro - Fone: 388-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

EDITORIAL

1964-1978...

Retomando o fio da meada

Quatorze anos se passaram. Um longo período, rico nos seus acontecimentos e no caminho percorrido pelos setores comprometidos com uma alteração substancial da sociedade. No primeiro momento, o desmoronamento, em 1964, do castelo de cartas construído por quem acreditava estar em curso uma bem sucedida transformação pacífica e ordeira – onde uma comunidade de interesses entre “empresários nacionais” e trabalhadores possibilitaria reformar o aparelho estatal e a partir daí a própria sociedade, como preconizava o programa de reformas de base.

Em seguida a negação, não por todos, de algumas das idéias visionárias da época janguista. Novos tropeços cometidos. O AI-5 não foi a pedra que o regime jogou para cima e que cairia no.

Caiu na da própria oposição, inaugurando um período no qual houve um extermínio de oposicionistas. Teve-se então que se curtir o exílio e as prisões. E vieram as mortes e as torturas. O “milagre econômico” surpreendeu a tantos quantos descartaram qualquer hipótese de expansão de capitalismo no Brasil. Mas depois veio a crise. E também outro fenômeno: a oposição ressuriria das cinzas. Completou-se então um ciclo? E pode-se concluir daí que, finalmente, tiraram-se as lições destes últimos 14 anos?

Para responder, é necessário ir até o começo. A derrota de 1964 desnudou o caráter ilusório das teses em voga. O Governo de João Goulart era entendido como expressão concentrada dos anseios de uma “burguesia progressista” comprometida com as transformações

sociais. Por uma razão muito simples: ela teria interesses antagônicos aos do imperialismo e aos dos latifundiários – estes entendidos como os dois principais obstáculos a qualquer mudança estrutural da sociedade.

Aos trabalhadores, não se pedia muito. Apenas a renúncia dos seus objetivos próprios e históricos, em nome de um pacto selado com a “burguesia progressista”. Passava-se uma esponja nas contradições inerentes ao modo de produção da sociedade brasileira e a luta de classes só existia no plano externo, por ser considerado como inimigo principal o “imperialismo agressor”. E vinha o mais importante: as transformações se dariam pela via parlamentar e institucional. Para garantilas, existia uma importante salvaguarda: o caráter “democrático e legalista” das forças armadas.

Os resultados são por demais conhecidos. As forças armadas provaram, no dia 31, que pendiam para o lado direito da balança. Os trabalhadores ficaram de mãos abanando, enquanto a “burguesia progressista” dava-lhe as costas. Abandonados pelas lideranças que garantiam existir alternativas para uma resistência popular, os trabalhadores da cidade e do campo sofreram uma derrota da qual ainda não se recuperaram totalmente.

Após a derrota, a ruptura de alguns setores com as concepções do período janguista se limitou apenas a forma pacífica de luta. Como se o reformismo fosse apenas uma questão de forma. O mito da “burguesia progressista” em contradição com o “imperialismo e o latifúndio” continuou em moda. A

ruptura não levou ao entendimento do caráter capitalista da sociedade e da natureza das transformações que se faziam necessárias, estas a exigir a superação do próprio capitalismo. Houve raras exceções. Mas estas ficaram apenas no terreno dos princípios gerais, sem dar respostas aos novos problemas colocados pelo advento do autoritarismo.

O período 1966-1968 vai ser ilustrativo do quanto a oposição estava capenga. A rearticulação vai se dar principalmente nos setores das camadas médias, mas particularmente através do Movimento Estudantil. Este viveu grandes momentos como a passeata dos 100 mil, na Guanabara.

Contudo, colocava-se, objetivamente como vanguarda do processo social e político. E verdade que os trabalhadores chegaram a intervir, como demonstram Osasco e Contagem. Mas tais intervenções foram exceções.

O voluntarismo empolgou a quase todos, parecendo até que o regime estava com seus dias contados. Subestimaram-se as lutas econômicas e as entidades legais. Descartou-se, de antemão a atuação ao nível do parlamento e foi feito o apelo do voto nulo com argumentos muito mais de ordem moral do que políticos. Quando, em 1968, a crise atingia o auge e ficou evidente a escalada do autoritarismo em curso, simplesmente não se levou em consideração a correlação de forças desfavorável às camadas populares. Se fez vista grossa a crise parlamentar, como que o episódio da cassação de Márcio Moreira Alves em nada dissesse respeito aos estudantes que estavam nas ruas.

E veio o AI-5. Os setores mais combativos não entenderam o novo momento adverso e se comportaram quase à base do código de Talião: olho por olho, dente por dente. Ou como se dizia: responder golpe por golpe; sem entender que em certas conjunturas há que se recuar organizadamente para preservar suas próprias forças. O resultado é conhecido: o medo tomou conta das universidades, ao tempo em que ganhava corpo uma euforia pela opção militarista. Esta levou a sérios desastres, entre os quais a morte de muitos dos que trilham este caminho.

Quem não trilhou o caminho do militarismo caiu numa espécie de populismo radical, onde, mais uma vez, alimentou-se o mito do imperialismo como um fenômeno externo à sociedade e acreditou-se no sonho da burguesia nacional progressista. Ao propor uma solução “nacional-democrática”, este tipo de populismo subestimou não só o papel das cidades, mas principalmente da classe operária. Outros se limitaram a reafirmar princípios gerais válidos para quaisquer circunstâncias mas incapazes de compreender que numa conjuntura de autoritarismo, de refluxo e de incipiente nível de organização e de consciência dos trabalhadores, a luta pelas liberdades democráticas é, literalmente, uma questão de vida ou morte para a oposição. Sem dúvida, houve também tentativas em rumos diferentes, porém localizadas, sem se impor como tendências dominantes.

No Governo de Médici, a oposição chegou ao fundo do poço, sendo prati-

camente inexistentes manifestações de maior porte. Contudo, as derrotas tinham servido para alguma coisa. Alguns segmentos da oposição iniciaram, ao menos no plano teórico, um movimento de retificação e passaram a entender melhor tanto a natureza da sociedade na qual estavam inseridos, como quais são as soluções para as contradições geradas pelo modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, colocaram na ordem do dia a questão das liberdades democráticas.

Nas eleições de 1974 a bandeira de voto nulo foi deixada de lado, apesar dos recalcitrantes. Quando veio a crise econômica e política do regime, a oposição voltou a se articular. Os acontecimentos de 1977 vão apresentar alguns dados novos: passa a existir uma articulação entre os diversos segmentos da sociedade, ainda que predominante da classe média. Mas não apenas no movimento estudantil. Os trabalhadores também passam a participar desta articulação, quer através das oposições sindicais, quer através de lutas como a da reposição ou do Movimento do Custo de Vida. Ainda que estas manifestações padeçam de uma orientação mais firme, já não encontram eco – na mesma intensidade de antigamente – falsas bandeiras que desloçam o eixo da luta para o plano externo à sociedade. E têm-se hoje uma consciência maior de que sem os trabalhadores ou sem assumir a sua perspectiva histórica, a oposição continuará a marchar em círculo; sem sair da roda viva.

Volta a pergunta: completou-se, então, um ciclo? a resposta é sim e não. Sim porque os que romperam com o

voluntarismo, com o militarismo, com o populismo e com o doutrinário, mesmo sendo minoritários, constituem hoje um campo específico. Representam uma nova oposição. E não se limitam apenas a setores estudantis, estando presentes mesmo nos diversos segmentos sociais, inclusive entre os trabalhadores.

E não. Por vários motivos. A começar que a “nova oposição” capaz de combinar uma nova estratégia com a bandeira das liberdades democráticas não se livrou totalmente dos fantasmas do passado. Nela ainda há manifestações tanto do populismo radical de épocas passadas como do doutrinário.

Por outro lado, esta “nova oposição” ainda não rompeu o cerco que impossibilita a disseminação de suas idéias por vastas camadas de trabalhadores. Aliás, do ponto de vista do movimento real, os trabalhadores ainda não tomaram o leme do barco e não exercem a sua hegemonia.

Para que o ciclo seja completado, é fundamental testar a “nova oposição” nos momentos de grande tensão, pois ainda não se sabe se ela corresponderá, ou não, diante dos grandes confrontos populares. Este será o seu teste definitivo. Nada indica, entretanto, que ela não passara na prova dos nove. Por enquanto, a tendência vai tanto no sentido do seu amadurecimento, como no da maior intervenção dos trabalhadores no conjunto das lutas oposicionistas. Estes são alguns dos fatores a indicar que 1978 não terá um desfecho idêntico ao de 1968.

Os malabarismos do regime

“Não se trata de acreditar nas veleidades liberalizantes das declarações governamentais, mas de constatar que uma **chilenização** do regime não parece estar na ordem do dia”.

Na composição social das “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade”, que a 19 de março de 1964 em São Paulo e a 2 de abril no Rio, puseram na rua centenas de milhares de pessoas reclamando e depois celebrando a destituição do governo legal de João Goulart, um autor viu sobretudo a “revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de sacristia, das demais pudibundas, dos bacharéis de direito”, isto é, da pequena burguesia “pre-industrial”.

Foi esta sem dúvida a massa que conferiu base social ao golpe e ao regime militar. E neste sentido o 1º de abril (1964) constituiu um engodo. Porque na “nova ordem” então instaurada, os interesses destas categorias sociais seriam tão pouco levados em consideração quanto a “defesa da democracia” em nome da qual Goulart foi deposto.

Sem dúvida, esta pequena burguesia tradicional foi confortada na medida em que seu medo fantasmagórico da “subversão comunista” e da “república sindical”, bem como sua justificada apreensão face à inflação galopante e à recessão foram rapidamente acalmados pela dupla terapia da repressão anti-comunista e do “tratamento de choque” na inflação empreendido por Roberto Campos.

Mas dissipados os fantasmas e “controlada” a inflação, a coesão puramente negativa da direita cedeu lugar a um certo desencanto, à apatia e à desmobilização. Quatro anos após a instauração do regime militar a cena política nacional já se apresentava inteiramente mudada. Em 1968 foram para a rua os estudantes, os operários e amplas camadas populares cuja revolta contra o estado de coisas reinante no país acabou repercutindo nas altas esferas do poder, dividindo-as, e levando o setor moderado da Arena à efêmera “rebelião” parlamentar rapidamente sancionada com o AI-5.

O período que se segue – o que se estende de 13 de dezembro de 1968 ao fim do governo Garrastazu Médici – ficou marcado pela estabilização política de um regime que não mais procurava mascarar o controle integral do poder de Estado pelo aparelho militar e pela rápida expansão econômica. Como em 1964, a “estabilização” política exprimiu a unidade negativa da direita frente à vaga de lutas de massa de 1968 e as ações armadas dos pequenos núcleos clandestinos cuja liquidação, operada entre 1969 e 1972, implicou em certa branca aos órgãos “especiais” de repressão que escreveram o capítulo mais sombrio da história contemporânea de nosso país.

Ninguém melhor exprimiu a forma como se articulava, sob Médici, a economia e a política das classes dominantes do que um “colaborador direto” do então ministro da Fazenda Delfim Neto, ao declarar ao jornalista francês Marcel Niedergang estar perfeitamente consciente de que “a tortura é muito prejudicial a nossa ação em favor da expansão econômica”. No entanto, estava persuadido de que esta expansão “trará por si só uma solução aos

problemas sociais. Mas precisamos para isso, de uns três ou quatro anos de estabilidade social” (durante os quais, subentende-se, continuaremos a fechar os olhos e derramar lágrimas de crocodilo face à tortura) – **Le Monde** 24/25 de maio de 1970

Ideologia Liberal

Seria no entanto errôneo considerar que a questão da liberalização do regime só se colocou após o aniquilamento da luta armada. Enquanto **referência ideológica**, a “democracia” sempre esteve presente nas declarações de princípios governamentais. E conhecido da este respeito a posição de Castelo Branco. Mas também Costa e Silva, embora se tenha feito em 1965-66 intérprete da “linha dura” para impor sua candidatura presidencial aos castelistas (que tinham seus próprios candidatos, Adhemar de Queiroz e Cordeiro de Farias), assinou constrangido o Ato 5 e tudo fez (segundo seu fiel secretário de imprensa Carlos Chagas) para por fim o quanto antes ao “estado de exceção”. O próprio Médici, em cujo governo os “serviços de segurança” dispuseram de plenos poderes e deles usaram e abusaram da maneira que se sabe, declarou em sua primeira fala presidencial esperar ver **RESTABELECI-DA A DEMOCRACIA** “até o fim de seu mandato”.

Esta persistência da ideologia liberal ao longo de quatorze anos de controle do poder pela cúpula do aparelho militar merece uma explicação. Significa que o regime não tem a ideologia de sua prática e por isso mesmo é constantemente confrontado ao problema de levar à prática sua ideologia. Como a consciência social é determinada pela realidade social e não inversamente, seria de esperar que a contradição entre ambas se resolvesse pelo abandono da ideologia liberal e pela consequente elaboração de uma nova ideologia correspondendo à organização efetiva do poder político imposto ao país desde 1964. Houve sem dúvida tentativas neste sentido sob a forma de crítica ao liberalismo ou de criações mentais como a que consiste em opor à democracia política a “democracia econômica e social”, esta condicionando e precedendo aquela (como se para os oprimidos a liberdade política não fosse o melhor meio de lutar pela igualdade econômica e social...) Mas tratava-se, nestes casos, de atitudes defensivas e protelatórias, como de resto o apelo governamental à “imaginação política criadora” das velhas raposas parlamentares.

Na realidade, se a ideologia liberal não foi radicalmente abandonada, se o regime nunca procurou se apoiar, como o fizera em seu tempo, o fascismo europeu, na mobilização totalitária das massas, é que esta supunha o exacerbamento do orgulho nacional e uma hábil demagogia anti-capitalista. Mussolini e Hitler acenaram aos setores atrasados das massas populares com um simulacro de grandeza nacional. O mais plebeu dos italianos ou dos alemães, por pertencer a uma “raça de



senhores” poderia esperar da submissão de outros povos um destino privilegiado. Mais sincero – pela força das circunstâncias – o regime instaurado em 1964 deixou claro desde o início que seu objetivo imediato era “sanear as finanças” aumentando brutalmente os preços dos serviços públicos, restringindo crédito às pequenas e médias empresas, além de, evidentemente, silenciar os trabalhadores intervindo em mais de 600 sindicatos. A mão de obra nacional abundante, barata e “disciplinada” foi assim cedida a preço vil aos monopólios estrangeiros e nacionais num passe de mágica também chamado de “milagre brasileiro”. Era impossível, nestas condições, criar um vasto movimento reacionário “nacional-popular” ou “nacional-socialista”. Donde o impasse ideológico da classe dominante, incapaz de conseguir consenso político para dirigir diretamente a sociedade e tendo por isso mesmo de recorrer ao “consenso militar” para dirigi-la ditatorialmente.

Crise Hegemônica

Houve um momento, é verdade, no auge do “milagre” que setores importantes das camadas médias aderiram ao ufanismo do “Brasil Grande Potência” ou pelo menos acomodaram-se na

euforia econômica reinante entre os privilegiados. Não eram mais os ratos de sacristia nem as damas pudibundas das Marchas da Família, mas os jogadores da bolsa, os “tecnocratas” bem pagos, as camadas privilegiadas do aparelho ideológico de Estado, e em geral todas as categorias profissionais favorecidas pela polarização da renda.

O fim do “milagre”, o retorno das pressões inflacionárias reprimidas no governo Médici (mas afinal o que não foi reprimido no governo Médici?), a volta do castelismo ao governo com Ernesto Geisel, a esmagadora derrota da Arena nas eleições de 1974 e sobretudo a retomada das lutas democráticas em escala crescente e num ritmo continuado vieram configurar a nova situação política que vive o Brasil nestes últimos anos.

Situação de **crise do regime**? Não, se por crise entendermos uma situação de “catástrofe iminente”, momento mais agudo da doença do corpo social que precede os estertores finais, funébreis para a velha sociedade, anunciando “amanheceres que sorriem” aos deserdados. Sim, se tivermos em vista a **crise de hegemonia**, isto é, de **direção política da sociedade**, que esta aberta no Brasil desde a derrota do populismo, único bloco histórico que go-

vernou o país com o apoio de amplos setores democráticos e das grandes massas trabalhadoras da nação. Ao cassar Juscelino (que certamente teria ganho as eleições presidenciais de 1965), o regime militar mostrou que para afirmar-se como regime da **contra-revolução institucionalizada** não lhe bastaria romper a espinha dorsal da “subversão”, mas seria também necessário afastar da cena política com métodos “revolucionários” a ala da burguesia que havia provado, no processo histórico sua **capacidade hegemônica**, sua aptidão para dirigir a sociedade sobre a base de um largo consenso nacional-popular.

Na impossibilidade de organizar um forte movimento reacionário de massas alternativo, o regime estava fadado a hipertrofiar seu caráter de governo autocrático da cúpula militar e portanto atrofia a organização política da classe dominante e sua capacidade de influência sobre setores das camadas médias e das classes dominadas.

A revolta de salão dos empresários paulistas no ano passado, a campanha “anti estatizante” de setores da direita liberal e as múltiplas divergências no interior do aparelho militar são manifestações desta crise de hegemonia.

Suas causas vêm de longe, da impossibilidade de uma alternativa de direita ao populismo. Seu agravamento no período mais recente se deve de um lado à superação dos fatores que, sob Médici, haviam mantido estreita coesão entre as classes dominantes e destas com o aparelho militar; a persistência da luta armada e a euforia do “milagre” e de outro lado ao caráter de massa que tem assumido a resistência democrática. Parece-nos improvável que a equipe castelista no poder queira e possa desarticular o movimento de massas através de uma contra ofensiva nos moldes daquela desenvolvida, com sucesso, contra o movimento revolucionário de 1968 a 1973. Não se trata de acreditar nas veleidades liberalizantes das **declarações** governamentais, mas de constatar que uma “chilenização” do regime não parece estar na ordem do dia. O general Sílvio Frota estará de acordo conosco...

A batalha que se trava no Brasil atual, opõe a reforma liberalizante promovida pelo regime a ruptura democrática pela qual se batem as forças progressistas do país. Isto é, o “statu quo” a uma vida melhor para os “sem voz” e “sem vez”.

João Quartim (de Paris)

Anistia, liberdades democráticas, UNE, passeatas, prisões, violências.

Edson Luiz e Alexandre Vanucchi. “ Presentes ”, confirmaram em coro milhares de estudantes em todo o Brasil no dia 28. E denunciaram o desaparecimento e o assassinato de duas centenas de brasileiros vítimas da polícia política, reivindicaram o direito de organização partidária para os trabalhadores e reergueram a bandeira da UNE.

Os estudantes voltaram às manchetes. E no espaço que ocuparam, na quarta-feira, em todos os jornais do país, fizeram chegar, ao resto da população, as denúncias de prisões, de julgamentos viciados, de torturas e assassinatos políticos. Anistia ampla, geral e irrestrita foi o eixo das reivindicações, no dia 28 – o Dia Nacional de Protesto –, em todas as manifestações no Rio, em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Salvador, Recife e Fortaleza. Dez anos depois da morte de Edson Luiz, no Rio, e cinco da de Alexandre Vanucchi, em São Paulo, dez mil universitários e secundaristas resgataram a memória de duas centenas de brasileiros assassinados pela polícia política ao longo dos últimos 14 anos e apontaram para a superação dos limites de suas próprias lutas: só organizados, repetiam as principais lideranças em todas as manifestações, conseguiremos dar passos concretos na luta contra o autoritarismo e as injustiças sociais.

Embora já encaminhada na prática, através do funcionamento de um núcleo provisório, a proposta de se refazer a UNE – hoje assumida por todas as posições consequentes do movimento estudantil – ganhou contornos mais nítidos. Na verdade, o caráter nacional das manifestações de terça-feira mostraram, claramente, o avanço da reorganização das entidades estudantis e apressará esta organização onde ela ainda está incipiente. “A UNE somos nós, a UNE é a nossa voz”: nos limites estreitos das universidades ou nas ruas, como no caso de Belo Horizonte, voltou-se a ouvir, ritmada, a palavra de ordem que durante anos significou, para estudantes do Brasil inteiro, a defesa de seus direitos.

Um balanço rápido dos atos públicos do dia 28 mostra, segundo algumas lideranças de diversos Estados, que o movimento avança para um período de amadurecimento, em que as manifestações públicas e atos restritos às universidades, de significado inequivocamente político e com tendência a se ampliar a outros espaços e a se aproximar dos trabalhadores e de intelectuais, deverão ser conjugados com lutas concretas, políticas e específicas, dentro de cada universidade, dentro de cada faculdade, dentro de cada sala de aula. Ainda está vivo, na memória de muitos, diversos períodos em que o distanciamento das lideranças, dos grupos mais avançados, do grosso dos estudantes reduziu em perdas e atrasos consideráveis.

Em São Paulo, no Rio, em Brasília, Fortaleza e Recife, as manifestações ficaram circunscritas à área universitária. O que não impediu, por exemplo,

que só em São Paulo comparecessem cerca de 5 mil pessoas – menos, é certo, que os primeiros atos do ano passado, mas que aponta para uma reativação do movimento depois do refluxo do final do ano. Na mesa que dirigiu o Dia Nacional de Luta, na capital paulista, estavam, além de estudantes, os familiares de Alexandre Vanucchi, a Comissão de Mães pelos Direitos Humanos, a pastoral operária de São Mateus (bairro de periferia), a Associação Nacional de Médicos Residentes, o Sindicato dos Jornalistas, movimentos de oposição de professores e advogados, e parlamentares do MDB. Um sinal evidente de que o movimento não se isola.

Em Porto Alegre, 1200 pessoas ocuparam o plenário da Assembleia Legislativa e estavam na mesa, inclusive, representantes de bairros populares. E foi lembrado, junto com Edson Luiz e Vanucchi, o jornalista gatcho Flávio Koutzki, preso na Argentina desde 1975. No Rio, as 2.500 pessoas que assistiram ao ato da PUC eram quase exclusivamente estudantes, exceto, como os jornais se fartaram de mostrar, a presença de André Glucksman, o novo

filósofo francês da velha filosofia conservadora. No Rio e em Fortaleza foram proibidas missas em memória dos estudantes assassinados. Em Fortaleza, compreensível, pelos órgãos de segurança. No Rio, esperado, pelo próprio Cardeal D. Eugênio Salles que viu no ato uma manifestação política, embora tenha achado normal, na véspera, missa mandada celebrar pelo Exército pelas “vítimas da subversão”. No Recife, além, de uma concentração de 500 pessoas na Universidade Federal, houve missa, com apoio de D. Helder, e foi lembrado, além de Edson e Vanucchi, o Padre Henrique, assassinado em Recife (69). Na porta da Igreja, a polícia, não se sabe se por brincadeira ou por interesse comercial, furou dezenas de pneus de carros estacionados. Em outra cidade, no entanto, a repressão não agiu com o mesmo senso de duvidoso humor. Embora no Rio e em São Paulo, onde estiveram concentradas as maiores massas estudantis, a polícia tenha-se limitado a observar, ostensivamente, à distância, e a se infiltrar, como sempre, no meio do bolo, em Belo Horizonte e em Porto Alegre as

manifestações foram marcadas por violências e prisões. Em Porto Alegre, foram presos três integrantes do MDB – Jovem e indenticadas várias pessoas na saída da Assembléia. Em Belo Horizonte a coisa foi bem mais feia. Foi onde, realmente, o pau comeu. O que, mal ou bem, confirma a tese, informalmente espalhada às vésperas do dia 28 por Paulo Egydio, em São Paulo, e pelo próprio Secretário de Segurança do Rio, de que dentro do campus, tudo bem. Espaço livre. Fora, o pau come.

Em Belo Horizonte, aconteceram duas passeatas. A maior começou a se formar por volta das 19 horas nas proximidades da Faculdade de Direito, onde soldados da Polícia Militar tentavam dispersar, com cães, uma massa de pessoas que ao longe acompanhavam os acontecimentos na escola. Cerca de cem estudantes percorreram alguns quarteirões, gritando slogans. A passeata foi engrossando e, perto das filas de ônibus dos bairros populares, chegou a juntar mil pessoas., saudadas, do alto dos edifícios, por chuvas de papel picado. Depois de percorrer mais



de um quilômetro, foi dissolvida, na base da pancadaria e com o uso de bombas, pela polícia. Saldo: 20 prisões.

Enquanto o pau comia nas ruas, dentro da Faculdade de Direito se realizava uma agitada assembléia. A faculdade estava cercada pela polícia desde as 18 horas. Serenos, os que participavam da assembléia resolveram sair às ruas e montaram um esquema para enganar a polícia: saíam em pequenos grupos e recebiam, na porta, de uma Comissão, a indicação do local onde começaria a passeata. Os que deixavam a Faculdade de Direito se juntaram aos remanescentes da primeira passeata e, próximos à Faculdade de Ciências Econômicas, começaram uma segunda. Eram 20h30m. 600 pessoas percorreram um quarteirão e meio e foram dispersadas por uma violenta investida policial. Algumas se refugiaram no prédio da faculdade e um verdadeiro bombardeio de petardos de efeito moral e de gás lacrimogênio atingiu o saguão do prédio. O letreiro de uma loja desabou e a resposta dos estudantes, aglomerados nas janelas de vários andares da escola, veio rápida e em coro: “Abaixo a ditadura”, “Abaixo a repressão, mais arroz e mais feijão”. Saldo: mais de dez prisões. Algumas, violentíssimas. Um estudante teve a cabeça espremida contra a porta de ferro de uma loja. A cavalaria foi empregada para dispersar os que observavam as cenas e contra os moradores dos bairros de periferia que se encaminhavam, para as filas de ônibus, na

volta do trabalho. E sitiaram a faculdade. Os estudantes só saíram depois de negociações, quando ficou assegurado que não seriam presos caso não fizessem novas manifestações. O dia de protesto, em Belo Horizonte, terminou à 1h45 do dia 29.

Alguns dados novos se juntaram à história da repressão mineira. A senhora Helena Greco (presidente do Movimento Feminino pela Anistia) recebeu ameaças de morte pelo telefone caso participasse das manifestações. Um conhecido policial foi visto jogando pedras nos soldados fardados da Polícia Militar, ao que tudo indica para provocá-los. Cinco bombas explodiram em várias entidades estudantis e o DCE da UFMG foi invadido e depredado. Autores: Grupo Anti-comunista 28 de janeiro (data em que, segundo o grupo, dois policiais teriam morrido num tiroteio, em 1969, contra “subversivos”, num “aparelho”). Numa das entidades, o grupo deixou sua mensagem: “olho por olho, a cada ação, uma reação”. E uma nova força repressiva para -militar que surge em Minas – uma cidade onde, normalmente, a repressão é mais violenta – e coincide com a reanimação de outros grupos para-militares de direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), no Paraná.

No final do dia, um delegado confessou, “brincando”, que tinham sido feitas cerca de cem prisões. A Secretaria de Segurança, no entanto informou que foram presos 22 estudantes, sendo que 14 foram fichados.

PRISOES NO PARANÁ

Nas mãos de quem ?

Onze presos e um sequestro em menos de dois dias. Eis o resultado da caça às bruxas detonada pelos órgãos de Segurança em Curitiba. Resgatados pela opinião pública, os onze intelectuais e jornalistas presos foram soltos após inúmeras manifestações de solidariedade. Reinoldo Atem, chefe da sucursal do EM TEMPO, relata a sua prisão.

Curitiba é, normalmente, uma cidade rotineira.

Apesar dos oitocentos mil habitantes, da fumaça dos ônibus, dos altos prédios de escritórios, do aniquilamento dos pinheiros e outras modernidades, os pensadores locais costumam classificar a capital paranaense como provinciana, onde as coisas acontecem em repetição aos grandes centros.

Nos últimos meses, no entanto, a ação da polícia curitibana parece querer rivalizar com a de centros maiores.

Em fins do ano passado, várias pessoas, entre estudantes, políticos, jornalistas, sociólogos, professores, advogados e religiosos, passaram a receber ameaças, pressões e intimidações por parte da organização clandestina de extrema direita, Comando de Caça aos Comunistas – o CCC. Em suas cartas, endereçadas à Cúria Metropolitana de São Paulo, o CCC dava conta de que havia se reorganizado em 28 de setembro último, em vista da onda de subversão que se implantava no país, e ameaçava de morte os seus recebedores.

Em meados de outubro, o estudante Carlos de Oliveira, na ocasião presidente do Diretório Acadêmico Rocha Pombo, da UFP, foi sequestrado e mantido preso por 48 horas, sob coações diversas. Foi libertado nas imediações de Paranaguá, no litoral paranaense.

Pouco tempo depois, o padre Joacir que desenvolvia trabalho paroquial de base, foi também seques-

trado e torturado, na região limítrofe de Curitiba. Em fevereiro último, o professor Paulo Gomes, ao tentar retirar atestado de antecedentes no DOPS curitibano, foi levado ao segundo andar daquela delegacia, sendo algemado, encapuzado e removido para local ignorado. Permaneceu cinco dias preso, submetido à interrogatório e torturas.

Nessa época, algumas pessoas passaram a ser perseguidas ostensivamente na capital, por carros ocupados por dois ou mais agentes à paisana. Todos temem que seus telefones estejam sendo censurados. Fala-se em oito mil telefones sob escuta policial. Carros passam devagarinho em frente às casas das pessoas visadas pela polícia política e seus ocupantes não escondem a intensa curiosidade.

Em fins do ano passado, economistas, sociólogos e engenheiros foram despedidos de seus empregos por fazerem parte da lista dos 97 supostos subversivos trabalhando em órgãos governamentais, divulgada pelo general Silvio Frota.

As pessoas começavam a sentir que Curitiba seria uma boa cidade para que a repressão política continuasse agindo com impunidade. E assim parecia pensar também a polícia, até que na sexta-feira, dia 17 de março, ocorreu o sequestro da professora e jornalista Juracilda Veiga, quando se afastava do colégio onde lecionava. Logo em seguida, no dia 18, sábado, onze profissionais liberais foram presos pela Polícia Federal. A acusação: manterem escolas maternais onde mi-

nistravam marxismo-leninismo a crianças entre dois e seis anos de idade.

Fui acordado no sábado, dia 18, às seis horas da manhã, pela empregada que me dizia que um homem pedia pelo amor de Deus que eu fosse atendê-lo na porta da rua. Vesti um roupão e ao me aproximar do portão, fui algemado e colocado numa Kombi, sem ter tempo de voltar para avisar minha esposa e vestir-me. Os policiais se identificaram como sendo da Polícia Federal e me apresentaram um mandado de prisão, sem que me permitissem lê-lo. Avisaram que minha esposa também seria presa e que ela levaria roupas para mim. A Kombi arrancou e um fusca branco se aproximou da casa. Na Polícia Federal, não me notificaram os motivos da prisão. Após revistarem-me, colocaram-me numa cela onde já se encontrava o advogado Edésio Pasos. Em seguida trouxeram o jornalista Luis Manfredini. Tentávamos analisar o que se passava e vencer a insegurança. Achamos, inicialmente, que se tratava de uma perseguição geral a pessoas que possuíam antecedentes políticos. Os pretextos poderiam ser vários e não levamos muito a sério a acusação contra as escolas Oficina e Oca, constantes do mandado.

Do corredor, pude ver em uma das celas uma pessoa que parecia ser minha esposa, mas como me haviam tirado os óculos, não pude ter certeza.

Permanecemos em regime de confinamento durante 24 horas, dentro direito a apenas uma refeição. No domingo, pela manhã, constrangidos e indignados, iniciamos um movimento de pressão, exigindo a presença do delegado. O carcereiro disse que era domingo e o delegado era intocável em sua residência. Em vista das negativas, co-

meçamos a bater na porta da cela com os sapatos, com toda força. Nossa primeira conquista foi se comunicar com os outros presos aos gritos, de cela a cela, combinando o que fazer diante da situação. Ameaçamos iniciar uma greve de fome, caso nosso confinamento continuasse. Mais tarde, chegou o delegado responsável pelo inquérito que, polidamente, nos comunicou que seríamos atendidos, desde que parássemos de nos comunicar entre si, no que concordamos.

Na cela, conversávamos sobre como nos comportar diante dos interrogatórios e, como um de nós recebesse ameaça de ser levado ao pau-de-arara ou ser remetido a São Paulo, decidimos nos negar a responder interrogatório sob ameaça e a denunciá-las, uma vez soltos.

Acabaram por comprar sabonetes, pastas de dente e escovas para nós.

Os carcereiros diziam que, se dependesse deles, fariam tudo para melhorar nossa situação, mas recebiam ordens de cima. Não nos permitiam fumar ou ler. Também não podíamos tomar banho. Tiraram-nos todas as formas de ocupar a mente ou o corpo, para que mais nos sentíssemos envolvidos no medo, na intimidação e no nervosismo. Mas nós tentávamos arranjar ocupação. Fazíamos ginástica pela manhã na cela exígua e arrancávamos palha dos colchões para jogar palito. A falta do que fazer trazia a ansiedade e o nervosismo. Chegamos a realizar vários campeonatos de jogo de palito, entre os três ocupantes da cela. Também passávamos muito tempo cantando alto, para que as outras celas nos ouvissem. As mulheres presas na cela vizinha respondiam à cantoria. Entre elas, minha esposa.

No terceiro dia, nos permitiram um banho e receber frutas e roupas das famílias, o que depois foi corta-



Prisões e sequestros em Curitiba: métodos diferentes e um objetivo intímador.

do sob a alegação de que não estávamos cooperando com os interrogatórios. Mais tarde, aumentaram as refeições, face à fraqueza e ameaça de desmaio de um dos nossos.

De vez em quando, o portão de ferro principal se abria e surgia um dos vários delegados, para nos chamar a interrogatório. Ficávamos no porão da delegacia em celas que, com o uso, fediam a urina. Tentávamos controlar a subida e descida dos presos, para que não dessem sumiço a algum de nós, sem testemunha.

Não sabíamos de nada do que acontecia no mundo lá fora.

Pela janelinha da cela, conseguíamos ver um quintal com um pomar, passarinhos e uma árvore repleta de caquis amadurecidos.

De noite, nos defrontávamos com as pulgas.

Só quando nos puseram em liberdade é que tomamos conhecimento

da dimensão da solidariedade que inúmeros organismos de classe e outros nos tinham hipotecado, não só em Curitiba, como em todo o país.

Permanecemos oito dias nos porões da Polícia Federal de Curitiba, sendo interrogados sobre nossas atividades na escola maternal que ajudamos a fundar em 1973, além de depor sobre todas as nossas outras atividades.

A mentalidade paranóica de direita vê reuniões subversivas em tudo.

Eles não conseguem sequer admitir que pessoas se reúnam para desenvolver atividades inovadoras com fins culturais ou pedagógicos.

Querem perseguir tudo que escapa à rotina. Seu objetivo: o marasmo e a apatia, que foram rápidos agora pelos diversos organismos de classe e outros setores, sem cujo apoio ainda estaríamos lá e, sem o que, outras prisões teriam ocorrido.

Carter As novas regras do jogo

A versão oficial do Itamarati diz que se trata de simples visita de cortesia, mas admite que questões como protecionismo, acordo militar e até mesmo os direitos humanos sejam discutidas. O Itamarati só não quer reconhecer que o presidente Carter, enquanto representante do mais poderoso país imperialista, veio estabelecer as novas regras do jogo. Mais precisamente, dizer qual deveria ser a participação das empresas norte-americanas no programa nuclear brasileiro, e reafirmar que os Estados Unidos não estão dispostos a tolerar que se faça "no seu quintal" o reprocessamento dos combustíveis nucleares radioativos, a utilização do plutônio, e, em consequência, a proliferação das armas nucleares.

Os americanos sabem que já não é mais possível impedir o acordo e mudam de tom: a "loucura nuclear, trágica para a Alemanha e para toda a humanidade" (editorial do "New York Times" no dia da assinatura do acordo Brasil-Alemanha) é hoje contestada apenas parcialmente. O importante agora e saber tirar dela bons lucros: "Eu não vejo, francamente, Carter em Brasília disputando uma espécie de queda-de-braço em torno da questão nuclear", diz William Perry, vice-diretor de um centro de estudos sobre as relações Brasil-EUA.

Concorrência

Assiste-se hoje a uma redistribuição das cartas no interior do sistema capitalista mundial. Apesar da sólida aliança entre os EUA e a Alemanha Ocidental - fundada em interesse econômicos, políticos e militares - pode-se dizer que os dois parceiros do jogo internacional são igualmente rivais. Pela primeira vez desde 1945, o capitalismo alemão sente-se forte suficiente para enfrentar os Estados Unidos. Um exemplo disso é a penetração agressiva nos três últimos anos em regiões até então exclusivo feudo americano. E nestas condições que o presidente Carter vem negociar em nome de industriais e banqueiros. Um dos pontos importantes do acordo nuclear Brasil-Alemanha é o papel do capital financeiro alemão. O financia-

mento de mais de 4 bilhões de marcos para a construção das duas primeiras usinas no Brasil será fornecido por um grupo de bancos liderado pelo Dresdner Bank e pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau, as taxas de juros razoavelmente altas. À época das pressões americanas, um industrial chegou a dizer: "Nosso maior competidor não é a Westinghouse ou a General Electric, e sim o Export-Import Bank", que financiou até hoje a maioria dos reatores americanos. Ora, quando se sabe que no ano passado o Citybank teve no Brasil 20% dos seus lucros totais ("em 1977 foi o país onde mais lucrámos, da mesma forma que em 1976", revelou esta semana um dos diretores do Citybank, Harry Heneberger), o mínimo que se pode imaginar é que os banqueiros americanos se preocupem com a penetração alemã.

Direitos Humanos

De maneira oportunista, o presidente Carter procurou exercitar mais a sua política de direitos humanos sobre os países da América Latina que se aproximam da Alemanha. E não foi por acaso que no Comunicado Conjunto divulgado na Alemanha após a recente visita de Geisel ficou explicitado que a defesa dos direitos humanos "é tarefa das Nações Unidas e não de um país isoladamente". Mas mesmo assim, a propaganda de Carter foi suficientemente engenhosa a ponto de criar ilusões em setores liberais, e até mesmo de esquerda. Todo o mundo sabe, por exemplo, que os acionistas do Banco Mundial, o maior banco do mundo, rejeitaram com 90% dos votos uma proposta de resolução que pretendia cortar qualquer tipo de empréstimo ao Chile, "em razão de seu regime excessivamente repressivo". As denúncias de violações dos direitos humanos no Brasil foram deliberadamente acadêmicas, e o ex-embaixador norte-americano Lincoln Gordon afirma hoje que, na realidade, houve mais um problema tático que um conflito real de interesses: "O governo brasileiro, e mais especificamente o ministro das Relações Exteriores, optou por transformar a coisa em um ponto de tensões internacionais por questões táticas. Além

do mais, o relatório (sobre as violações) - do qual a embaixada em Brasília mandou uma cópia para o Itamarati - era realmente brando". Harry Heneberger, o homem do Citibank, foi mais explícito: "Não creio que haja divergências de política com respeito ao tema dos direitos humanos entre os dois países. Por outras palavras, não acho que um governo seja a favor dos direitos humanos e o outro seja contra". Conclusão evidente: os dois certamente são contra. Os 20% de lucro valem bem uma violação!

Urânio e Bomba

A questão do reprocessamento do urânio e certamente o ponto mais delicado das discussões com as autoridades brasileiras. A decisão de Carter de colocar o plutônio fora da lei tem sua lógica: alguns quilos são suficientes para fabricar uma bomba atômica. Todas as centrais nucleares produzem o plutônio. Quando se retira o combustível irradiado de qualquer reator, o plutônio se encontra misturado ao urânio não queimado e aos diversos "lixos". Ao recuperar o plutônio e o urânio, através de usinas de reprocessamento, supera-se o maior obstáculo para a fabricação da bomba. As pressões americanas concentram-se exatamente sobre a instalação de tais usinas, que fazem parte do acordo Brasil-Alemanha: "A venda ao Brasil - diz um dos comunicados a Alemanha - viola um princípio que os países aliados, reconhecendo que são os trágicos detentores de uma tecnologia de dois gumes, sempre se sentiram obrigados a respeitar. Uma usina de enriquecimento não é um produto comercial como outro qualquer".

Ao lado dessas questões militares, existem divergências econômicas e políticas. É evidente que o Brasil não tem a mínima condição de romper com o cartel mundial de urânio enriquecido, e muito menos abastecer os próprios reatores. Mas, no caso, o urânio enriquecido adquire proporções mais amplas. Uma das respostas da Alemanha às pressões norte-americanas foi esta: a época da hegemonia de certas nações - talvez particularmente a dos Estados

Unidos" - já passou. "Os fornecedores, que antigamente eram poucos e desinteressados, hoje são bem mais numerosos. Se a Alemanha se recusa a vender, os compradores podem recorrer à França ou ao Japão. Quando reconhecemos que todas essas mudanças - o enfraquecimento das hegemonias tradicionais, a remoção das barreiras tecnológicas e a diversificação das fontes de suprimento - removeram os obstáculos técnicos para a fabricação de armas nucleares, percebemos então que os únicos controles que restam no campo nuclear são controles políticos e que a única estratégia sensata consiste em integrar solidamente as nações em fase de industrialização à estrutura do poder mundial".

Divisão do bolo

Por trás dessa declaração aparentemente liberal e tão cheia de boas intenções, esconde-se toda uma política de interesses. A Alemanha depende de urânio importado e, segundo o acordo com o Brasil, a prospecção, a mineração e a conservação do urânio serão feitas e divididas entre a Nuclebrás (51%) e a Uranengesellschaft (49%). Esta pode ser para a Alemanha uma das alternativas para quebrar o cartel feito entre França (Uranex), o Canadá (Eldorado Nuclear), a África do Sul (Nuclear Fuel Corp.), a Inglaterra (Rio Tinto Zinc), os Estados Unidos (Gulf Oil) e a Austrália. Este cartel vem provocando há anos sucessivas altas artificiais dos preços. Aqui também os Estados Unidos detêm um quase monopólio. Setenta por cento da produção ocidental do urânio vêm dos Estados Unidos, Canadá e Austrália, e a maioria dos países estão à mercê de contratos draconianos ou simplesmente da vontade de entrega do urânio enriquecido pelos americanos. Todos estes atributos dão ao presidente Carter o direito de vir ao Brasil e fazer sua lei, mesmo que não tenha sido convidado, como insinuou há dias o chanceler Azeredo da Silveira em entrevista à TV Globo.

Adauto Novaes



A igreja e a política dos EUA

Jimmy Carter já está influenciando setores da Igreja Católica na América Latina. É o que revela a EM TEMPO o

Já surgiu dentro da Igreja Católica na América Latina uma tendência favorável a assumir as posições gerais do governo de Jimmy Carter, batalhando para que elas sejam majoritárias na próxima Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), que se realizará em outubro, em Puebla, no México. A chamada Teologia da Libertação, que começou a surgir dentro da Igreja do continente no início da década de 60 e que chegou a vincular a "salvação da alma à salvação do corpo", tentando se comprometer na luta contra as causas da exploração e da opressão dos trabalhadores latino-americanos, estaria assim diante da perspectiva de recuar para os marcos de uma política de "remendos do sistema", em busca de uma hipotética terceira via entre capitalismo e socialismo.

A cúpula da CELAM - o seu secretário, o colombiano dom Lopez Trujillo, Roger Vechemens, inspirador da Democracia Cristã chilena, e o sociólogo francês Pierre Bigo, autor de vários livros sobre marxismo - lançou um documen-

to preparatório para a Conferência de outubro, que, segundo o vice-reitor da PUC de São Paulo, padre Edênio Valle, "tem diferenças na base da Teologia da Libertação, e que vem acarretando críticas de diversos setores do clero". Alguns desses setores identificam esse documento da cúpula da CELAM com as posições da política trilateralista (Estados Unidos - Europa - Japão) do governo de Jimmy Carter. Segundo o padre Edênio, "a leitura sociológica do documento da CELAM indica que se procura adequar o conceito de direitos humanos a uma 'sociedade justa', fazendo-se a defesa de uma terceira via, nem capitalista, nem socialista.

Idealismo

"O que está se propondo agora é um retrocesso da Igreja com relação a Medellín, onde, em seu documento final, se dizia que, para evangelizar, é preciso entrar nos problemas econômicos, sociais e políticos da América Latina e lutar contra a injustiça institucionalizada". Esta é a opinião do assessor teo-

VICE-REITOR DA PUC de São Paulo e o editor do semanário da Arquidiocese "O São Paulo".

lógico da arquidiocese de São Paulo e editor do jornal "O São Paulo", frei Gilberto Gorgulho, para quem a proposta lançada para Puebla é idealista.

"A América Latina atravessa rápida passagem entre um sistema agrário-urbano para um urbano-industrial, e, nessa passagem, vê-se pressionada entre dois grandes sistemas, o capitalismo e o coletivismo. O documento diz que a Igreja não pode optar nem por um, nem por outro, e que a sua tarefa é fazer surgir uma nova civilização, que o Papa chama de 'civilização do amor', e que a Igreja fará isto evangelizando cultura

"Ora, podemos, num corte, dividir a cultura entre valores - que são seu núcleo - e dimensões, que são econômicas, políticas e sociais. Afirma-se, no documento, que a tarefa da Igreja é mudar os valores para, a partir daí, alterar-se a estrutura socio-econômica e política. Para mudar-se os valores, porém, é preciso antes mudar a estrutura. A proposta do documento de Puebla é idealista,

pois os valores não existem em si, mas em consequência dessa mesma estrutura. A ação da Igreja só pode ser feita de um modo vital e transformador, entrando em todas estas dimensões - a econômica, a social e política. Se a Igreja não o fizer, não mudará nada, ou mesmo estará a serviço de um sistema econômico injusto. Aos detentores do poder interessa que seja mantida uma fé abstrata, que os sancione, bem como à injustiça, opressão e marginalidade. Não se pode, porém, evangelizar de uma forma puramente idealista, sobretudo por causa do povo".

Medellín

A Teologia da Libertação assimilou a ideia de que o "sub-desenvolvimento do terceiro mundo" está estruturalmente ligado aos interesses dos países desenvolvidos, e que, para romper este círculo vicioso, é necessário uma mudança estrutural. Do mesmo modo, incorporou

Um partidário de Magalhães no Departamento de Estado

D. Vern, de Washington, especial para EM TEMPO

O ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John Crimmins, é um dos nomes mais cotados para substituir Terrence Todman na Subsecretaria para Assuntos Latino-Americanos do Departamento de Estado. Durante sua permanência no Brasil, Crimmins defendeu a candidatura Magalhães e discordou da classificação de "moderado", atribuída pelo Departamento de Estado ao general Figueiredo.

O Departamento de Estado dos Estados Unidos está formulando sua nova política em relação ao Brasil já com base na posse em 1979, do general João Baptista Figueiredo, partindo do pressuposto de que ele cumprirá seu mandato de seis anos, até 1985. Altos funcionários de Washington admitem que Figueiredo é um "moderado" - a mesma classificação dada por eles ao general Geisel - e que a política americana em relação ao Brasil deverá apoiá-lo integralmente em seus desígnios de devolver o país à normalidade democrática.

Essa é, ao menos, a posição de Terrence Todman, sub-secretário de Estado para Assuntos Inter-Americanos. O Departamento de Estado, contudo, está profundamente dividido quanto à política a ser adotada em relação à América Latina: nele existem pelo menos três tendências, sendo que Todman lidera a mais direitista. O domínio exercido pelo grupo de Todman teria sido a razão para John Crimmins deixar o posto de embaixador no Brasil.

Crimmins foi informado repetidas vezes de que seu trabalho no Brasil "não contava com o apoio de Washington", tendo sido repreendido por visitar os padres americanos que haviam sido torturados no Recife, sem autorização do seu governo. Sua opinião de que a política norte-americana em relação aos direitos humanos deveria ser conduzida, no Brasil, por meio de apoio aos grupos de oposição, jamais foi compartilhada por Todman.

Figueiredo, um moderado?

A gota d'água, contudo, foi o itinerário a ser cumprido por Carter durante de sua visita ao Brasil. Crimmins insistia em que Carter visitasse São Paulo e pronunciasse uma palestra na Confederação das Indústrias, alegando que em São Paulo está o principal foco de oposição ao governo, e que isso deixaria clara a desaprovção norte-americana ao regime de exceção vigente no país. Seu parecer foi rejeitado pelo Conselho Nacional de Segurança, sob o inconvincente pretexto de que o presidente estaria "demasiadamente fatigado". Houve também forte oposição em Washington à proposta de que Carter se avistasse com Dom Paulo Evaristo Arns, apesar do próprio presidente ter-se mostrado favorável à ideia.

Embora a ficha de Crimmins não seja imaculada - há rumores, não confirmados, de uma sua participação no golpe que derrubou Salvador Allende em 1973, no Chile - ele é muito respeitado como diplomata de carreira. Seu substituto é considerado em Washington "o-

bediente e incapaz de criar controvérsias". Crimmins apoiava decididamente a campanha pela presidência de Magalhães Pinto, julgando-a a melhor chance do país para um retorno à normalidade democrática. Também discordava da classificação de "moderado", feita pelo Departamento de Estado em relação ao general Figueiredo.

Luta Interna

Crimmins também discordava das opiniões do Depto. em relação aos direitos humanos, defendidas por Pat Derian e seu assistente Mark Schneider. Ele se opunha à denúncia pública, da violação desses direitos, posição defendida por Derian, por achar que essa era uma questão a ser resolvida pelos próprios brasileiros, e não pelos Estados Unidos. Divergências que, na verdade, eram mais em relação às táticas do que ao conteúdo. Todman, ao contrário, com o substancial apoio do Conselho das Américas, está tentando neutralizar a campanha norte-americana em prol dos direitos humanos em toda a América Latina. Ele já tentou impedir que os EUA copatrocinassem a moção da ONU de condenação ao regime chileno, e, em discurso no Conselho para Assuntos Inter-Americanos, financiado por Rockefeller, criticou violentamente a política dos Estados Unidos nessa questão. Com isso, Todman conquistou inúmeros inimigos dentro do próprio Departamento de Estado, já que esse seu discurso contradisse frontalmente a declaração feita no dia anterior por seu superior imediato, Warren Christopher, vice do secretário de Estado Cyrus Vance. São muitos os funcionários do Depto. de Estado que acham que a política de laissez faire de Todman em relação à América Latina, reforçada por sua decisão de recusar apoio à oposição na Nicarágua, lhe custa - antes do fim do ano.

No momento, as lideranças do Depto. de Estado estão demasiadamente preocupadas com o Oriente Médio para se deixarem perturbar pela luta interna do seu departamento para assuntos inter-americanos - mas essa luta parece estar destinada a vir à luz na conferência da OEA em Washington, em junho. Todman, por ser negro, não poderá ser demitido sem criar ressentimentos junto à minoria negra norte-americana - mas haverá sempre um recurso de transferi-lo para um importante posto diplomático, como embaixador. Tudo isso teria profundos reflexos na política norte-americana para o Brasil, já que um dos nomes mais cotados para a sua sucessão é precisamente o de John Crimmins.

Classificados

Para colocar um anúncio classificado em EM TEMPO basta mandar o texto completo datilografado para nossa redação, junto com um cheque

à Editora Aparte S/A. O preço é de Cr\$ 70,00 para até 35 palavras. Se o anúncio contiver mais de 35 palavras você paga um adicional de Cr\$ 2,00 por palavra. Nossos classificados serão sempre de uma coluna e apenas a primeira palavra terá destaque em negrito.

o conceito sociológico de classes sociais. Todo um conjunto de fatores contribuiu para o surgimento da Teologia da Libertação: as convulsões sociais da época, a revolução cubana, o próprio Concílio Vaticano II. Este último, porém foi realizado por teólogos europeus, para uma realidade europeia. Também estava presente o temor de que as grandes transformações sociais de que carece a América Latina acabassem sendo empreendidas por "materialistas e ateus", a exemplo de Cuba.

A Conferência de Medellín chegou a um resultado, de certa forma natural, em função de todo um momento histórico vivido no continente (e no mundo), em 1968. "Foi a primeira vez que a América Latina deu uma contribuição original", considera Edênio Valle. "Medellín está dentro de toda a comoção latino-americana de 1968, e que foi cortada por governos autoritários na maioria dos países. A Igreja estava tradicionalmente ligada à classe média e aos órgãos de poder e decisão. A partir de Medellín, assumiu-se a consciência de nossa originalidade e especificidade, como nunca antes existira, constatando-se que a miséria do povo advém da estrutura capitalista dependente com a qual a Igreja, em parte, compactuava. Medellín marcou, como posição, o desejo da Igreja de se colocar ao lado do povo. Desta primeira tomada de consciência, na História, resultou um documento que, embora tivesse acolhida entusiástica por uma minoria, suscitou muita incompreensão e resistência por parte do clero conservador". Para que a Con-

ferência chegasse a estes resultados, influíram também a participação de teólogos e padres, mais ligados às bases. Em Puebla, este "perigo" quer ser evitado. O documento preparatório, por exemplo, foi elaborado só por bispos.

Teologias

Não se pode, na verdade, falar em "Teologia da Libertação", mas sim em "teologias", pois existem pelo menos oito tendências dentro dessa linha, desde Camilo Torres, o padre guerrilheiro, até setores bem mais moderados e conciliadores - os quais contribuíram decisivamente para que as posições da igreja latino-americana fossem aceitas, em caráter oficial, pelo Papa Paulo VI, num documento sobre a evangelização no mundo de hoje (Evangeli Nuncian-d, pgs. 28-38). Mas, apesar das diferenças de matiz e enfoque, a problemática na base é a mesma, isto é, "traduzir em termos concretos e categorias de ação a fé, esperança e amor".

Explica o padre Gorgulho que não é função da Igreja "determinar modelos políticos e socio-econômicos e sim fazer a sua crítica e conscientizar o povo neste sentido, levando-o a criar canais para que possa exprimir seus valores e tenha meios de participação nas decisões da sociedade em que vive, criando suas próprias formas de organização".

Cristina Pfau

“Jango entregou de bandeja”

Eles acreditavam que as reformas deveriam ser feitas através do Congresso, confiando na “tradição democrática das Forças Armadas”. Hoje, continuam achando que os militares foram enganados e que Jango preferiu “evitar o pior”.

O que se passou, em 1964, às vésperas do golpe, entre os militares? As forças populares, de uma maneira geral, e particularmente a esquerda, acreditavam pianamente num vago sentimento legalista e democrático das Forças Armadas.

Luiz Carlos Brandão Monteiro, ex-vice-presidente da UNE (61-62) e uma das lideranças da Frente de Mobilização Popular (que era formada por políticos da Frente Parlamentar Nacionalista, pelo CGT, pelas Ligas Camponesas e

pela UNE), se lembra de uma reunião no apartamento de Brizola, no Rio, quando este garantiu que havia um golpe em processo acelerado e que vários generais, inclusive comandantes de Exércitos, conspiravam abertamente.

As lideranças populares não deram ouvidos. Primeiro, porque a proposta política que tinham era uma proposta reformista e acreditavam que as mudanças que exigiam (reforma agrária, reforma universitária, direito de voto aos analfabetos e soldados – as reformas de base, enfim) poderiam e deveriam ser conseguidas pacificamente através do Congresso. As lideranças das forças populares subestimavam a capacidade da direita. Dentro das próprias Forças Armadas, entre os chamados oficiais legalistas e nacionalistas, foi grande a decepção pela inexistência de resistência militar em 64.

“O golpe de 64 não foi uma vitória” – desabafa o ex-tenente-coronel Paulo Malta Rezende que comandava, na época, o I Grupo de Transporte de Tropa da Base dos Afonsos, no Rio. “Eles não venceram coisa nenhuma, pois não houve luta. O Jango entregou de bandeja. O tão badalado esquema defensivo do Chefe da Casa Militar, o General Assis Brasil, não existia”. Segundo Paulo Malta, a direita fez tudo para criar um clima de caos e assustar o pessoal das Forças Armadas que “por falta de visão política, entrou na jogada pensando em defender a democracia”.

O depoimento de um capitão cassado pelo AI-1, com intensa participação nos acontecimentos de 64, coincide em alguns pontos com as declarações do ex-tenente-coronel:

– Jango tinha dois dispositivos militares: o do Assis Brasil e o do Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra. Na verdade, não tinha nenhum. De qualquer modo, nós percebíamos que havia um golpe no ar, mas não acreditávamos que ele pudesse acontecer.

Todos os depoimentos de militares se assemelham quando afirmam que é necessário se entender a formação dos oficiais das Forças Armadas Brasileiras para se compreender o golpe de 64. Tanto para o Brigadeiro Teixeira, também cassado em 64, como para o Coronel Malta e o Capitão, só foi possível dar o golpe, depois de criar um ambiente caótico. Diz o Brigadeiro Teixeira:

Horas de Tensão:

A resistência que não houve...

No Rio, flagrantes de tensão, medo e expectativa. As mensagens se sucedem e as informações que chegam do resto do país são claras: quedas, deposições, fugas, traições. A história da resistência que não houve.

O ambiente no prédio do Departamento dos Correios e Telégrafos, dia 1º de abril de 1964, no Rio, era tenso desde a noite anterior. As principais lideranças do movimento popular entravam e saíam, a passos apressados, do velho prédio da Praça XV. Em poucas horas, ele tinha se transformado no QG de informações da própria Frente de Mobilização Popular. Lá estavam Max da Costa Santos, e Neiva Moreira, deputadas federais; dirigentes do movimento operário, como Demistóclides Batista e Osvaldo Pacheco; o Padre Alípio, das Ligas Camponesas; lideranças estudantis e das organizações de esquerda. As notícias, nas ruas, eram desencontradas. A palavra de ordem ainda era resistência. Em Niterói, na UNE e no pátio da Escola de Engenharia, centenas de estudantes esperavam armas. Nos sindicatos, a mesma coisa. Resistência.

Nos Estados, os esquemas de defesa ruíam. Os que estavam nos Correios e Telégrafos formavam uma platéia privilegiada que assistia aos estertores do Governo de Jango. A tensão e o medo se misturavam com restos de esperança e de ilusão. Meia noite de 31 e a mensagem de Krue, comandante do II Exército, em São Paulo, divide as lideranças. A maior parte lê, na mensagem, um apoio a Jango. O texto, no entanto, era de inequívoco apoio às forças de Minas. Ilusão. Algumas lideranças ainda

– A formação de um grupo democrático e legalista dentro das Forças Armadas se inicia, a rigor, a partir de 1945. Com o restabelecimento da democracia, o poder político ficou vedado àqueles que não se apresentassem como nacionalistas, populistas, progressistas, etc., como se viu nas eleições de Getúlio, Juscelino, Jânio e Jango. Daí um apelo de certas correntes políticas às Forças Armadas para intervir no processo democrático, o que explica a divisão das Forças Armadas em dois grupos. Um, que acreditava que a única solução para o país era a manutenção do processo democrático e da ordem legal e constitucional vigente. O outro, que procurava subverter este processo através de um golpe militar. Na posse de Getúlio a divisão ficou nítida. Na eleição de Juscelino a divisão agravou-se e a intervenção do Mal. Lott, apoiado pelo grupo democrático e nacionalista, resolveu a questão. Na renúncia de Jânio, o grupo democrático e legalista apoiou a posse de Jango na presidência. Em 31 de março de 1964, o golpe encontrou este grupo das Forças Armadas defendendo a ordem legal e constitucional vigente. O depoimento do Capitão vai por aí:

– Três princípios marcam a formação da oficialidade brasileira: o legalismo, o nacionalismo e a anticorrupção. E, evidentemente, um respeito cego pela hierarquia. Para dar o golpe de 64 com o auxílio do Exército, foi necessário que as forças reacionárias criassem uma imagem negativa da disciplina hierárquica. Eles tinham de abalar os alicerces da legalidade, ferindo o princípio da hierarquia. Só assim mobilizariam os oficiais. Eu vejo, por exemplo, as manifestações como a reunião dos sargentos e a reunião dos marinheiros (no Sindicato dos Metalúrgicos) como provocações. Já naquela época, mesmo nós, os oficiais democratas, mesmo os de esquerda, viam aquelas manifestações como quebra da hierarquia e aquilo repercutia mal na oficialidade. Hoje, a gente sabe que aquilo era provocação mesmo. O Ciro Voigt, que era o presidente do Clube dos Sub-Tenentes, era agente da CIA. O cabo Anselmo também era infiltrado e hoje isso está mais do que provado.

Segundo o Capitão, a maior parte dos oficiais não tinha uma posição clara a respeito das questões políticas. “Boa parte destes oficiais, diz, reagiam às reformas de base por desconhecêrem seu conteúdo”.

Horas de Tensão:

A resistência que não houve...

No Rio, flagrantes de tensão, medo e expectativa. As mensagens se sucedem e as informações que chegam do resto do país são claras: quedas, deposições, fugas, traições. A história da resistência que não houve.

O ambiente no prédio do Departamento dos Correios e Telégrafos, dia 1º de abril de 1964, no Rio, era tenso desde a noite anterior. As principais lideranças do movimento popular entravam e saíam, a passos apressados, do velho prédio da Praça XV. Em poucas horas, ele tinha se transformado no QG de informações da própria Frente de Mobilização Popular. Lá estavam Max da Costa Santos, e Neiva Moreira, deputadas federais; dirigentes do movimento operário, como Demistóclides Batista e Osvaldo Pacheco; o Padre Alípio, das Ligas Camponesas; lideranças estudantis e das organizações de esquerda. As notícias, nas ruas, eram desencontradas. A palavra de ordem ainda era resistência. Em Niterói, na UNE e no pátio da Escola de Engenharia, centenas de estudantes esperavam armas. Nos sindicatos, a mesma coisa. Resistência.

Nos Estados, os esquemas de defesa ruíam. Os que estavam nos Correios e Telégrafos formavam uma platéia privilegiada que assistia aos estertores do Governo de Jango. A tensão e o medo se misturavam com restos de esperança e de ilusão. Meia noite de 31 e a mensagem de Krue, comandante do II Exército, em São Paulo, divide as lideranças. A maior parte lê, na mensagem, um apoio a Jango. O texto, no entanto, era de inequívoco apoio às forças de Minas. Ilusão. Algumas lideranças ainda

Foi decretada greve geral dos trabalhadores, a UNE estendeu a greve para os estudantes e já estava pronto um texto que decretava a mobilização armada. Na UNE, os fuzileiros ensinavam como manejar um fuzil, como fazer pontaria.

Entre o meio dia e uma hora, notícias de Areal: as tropas se confraternizavam. Não houve resistência. Os caminhões

1964

– As leituras na caserna eram os gibias e o Jornal dos Sports. Não deixavam entrar jornais como a Última Hora. O próprio interesse dos comandantes era mantê-los alienados. Isso, até hoje. Mas havia sempre um pessoal que frequentava o ISEB e batia papos uns com outros. Apesar do controle, havia debates.

– Não havia nenhum sentido de organização dos militares democratas dentro do Exército e das Forças Armadas. Nós nos reuníamos em torno dos chefes mais evoluídos, como o General Osório, o Oromar Osório, o Ladário Pereira Teles, o Cunha Melo e o Brigadeiro Teixeira. Para ficar mais claro: em 64, havia, assim no chute, uns dez por cento de oficiais democratas-nacionalistas, uns dez por cento de direitistas e o resto estava em cima do muro. Os direitistas foram mais vivos e mobilizaram o resto com a denúncia de quebra da hierarquia e do perigo do comunismo.

– Hoje, eu não sei chutar uma percentagem desta. Os direitistas estão aí com as rédeas do poder e os ultra-direitistas dominam todo o sistema de informação, que é o que realmente detém o poder. Nacionalistas? É difícil saber, porque o pessoal anda muito medroso e corração. O resto continua em cima do muro.

– Hoje, a oficialidade, no Exército, está decepcionada. Eles acham que o Exército assume responsabilidades que não deve assumir. Querem voltar aos quartéis. Mas têm consciência de que nossas lideranças civis que estão aí são umas bostas. Eu sei que o pessoal não aceita as coisas facilmente e pelo menos nos escalões maiores, como na Escola de Comando do Estado Maior, eles debatem, discutem, não aceitam as coisas prontas.

Em certos pontos, afinal, parece haver unanimidade entre os entrevistados: a insatisfação dos militares é crescente. Inclui-se com relação a questões como custo de vida.

65

66

67

68

– Ano passado, por exemplo, explica o Coronel Malta, o aumento concedido pelo governo, de pouco mais de 30%, não correspondeu à alta confessada por eles, de mais de 40. Liberdade, não há. Não há eleições do Clube da Aeronáutica e no Clube Militar, há sempre uma chapa única. (...)



25 de março: marinheiros e metalúrgicos.

Demistóclides Batista, o Batistinha, líder ferroviário

“Nossa força estava na greve”

“...a espera de uma reação de outros setores, que não veio”.

Na tarde do dia 31 de março o pessoal da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) estava reunido na Federação dos Estivadores, no centro do Rio de Janeiro. O prédio foi cercado pela polícia do governador Carlos Lacerda. Meia hora depois os ferroviários pararam e ocuparam a Estação Barão de Mauá, dando início à greve geral dos trabalhadores. Nos dias seguintes os trabalhadores ainda permaneceram mobilizados, prontos para uma ação mais efetiva, a espera de uma reação de outros setores, que não veio.

Para Demistóclides Batista, o Batistinha, deputado federal cassado em 64 e líder ferroviário durante 10 anos, o movimento operário deu uma demonstração de sua força e reagiu ao golpe em 64, ao contrário do que dizem muitos historiadores.

“Nenhum tiro foi dado”, declara Batistinha, mas algumas categorias de trabalhadores “ainda empreenderam uma espécie de recuo organizado, como foi o caso dos ferroviários da Leopoldina que foram para Caxias, centro operário na Baixada Fluminense e lá permaneceram organizados durante 5 dias.

Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, que abrangia os Estados do Espírito Santo, Minas, Estado do Rio e antiga Guanabara, eleito deputado federal em 1962, com 40 mil votos, Batistinha presta agora o seguinte depoimento a EM TEMPO:

– Em 1962 nós paramos o Brasil inteiro com uma greve e conseguimos dar posse a Jango, enfrentando a reação militar. Em 1964, entretanto, apesar da greve e da demonstração de força da classe operária não foi possível se opor ao golpe.

– As próprias lideranças dos trabalhadores, reunidas na Comissão (Pacto da Unidade e Ação) – a comissão de unidade dos trabalhadores, ferroviários e portuários) confiavam muito no Jango e se iludiam com suas promessas. Outra coisa importante também é que a

gente estava lutando por reformas burguesas, como a reforma agrária, a urbana, o congelamento dos aluguéis, a lei da remessa de lucros, e a questão do poder não estava colocada.

– Depois, o golpe foi uma coisa muito articulada, começou mesmo com Getúlio, que eles não conseguiram consumir, continuou depois com Jacareacanga e Aragarças, houve a tentativa de impedimento da posse do Jango, somente evitada pela força do movimento popular. Se não fosse um negócio seguro, o Magalhães Pinto, que é um banqueiro que sabe o que quer, não teria se jogado nele. Depois a gente soube que tinha até esquadra americana na costa brasileira, que haveria desembarque e tudo.

ATRASO DE 14 ANOS

– O problema do movimento sindical hoje é que ele tem um atraso de 14 anos para tirar. A responsabilidade desta liderança sindical que está surgindo é muito grande, são 14 anos de sofrimentos da classe operária que eles têm para tirar. Os trabalhadores tinham liberdade para dialogar com os patrões, isto que os sindicatos estão querendo hoje. Os salários tinham aumento real, acima da inflação. Quando o custo de vida subia muito, os trabalhadores se mobilizavam e conseguiam um abono.

– O que acontece hoje é muito diferente. O aumento de reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho depois de 64, é uma demonstração de que os patrões se sentiram donos do país. Com a conquista do direito de greve, as coisas vão melhorar. Em 1962, com a greve da paridade, que foi o embrião do PUA e do CGT, até equivalência salarial com

o João Goulart. Depois um milhão de trabalhadores, como o João Goulart, ministro da Justiça na época, porque o pessoal só voltava a trabalhar com a libertação dos presos.



José Gomes Pimenta, o Dazinho, ex-ministro de Nova Lima (MG), ex-deputado.

José Gomes Pimenta, o Dazinho, operário a vida toda, primeiro na mina de Morro Velho em Nova Lima, MG -, hoje na construção civil. Ex-deputado estadual, eleito pelo Partido Democrata Cristão, o PDC, foi cassado em 1964, logo após o 31 de março, pela própria Assembleia Legislativa. Acusação: quebra do “decoro parlamentar”. Certa vez, disse Dazinho ao jornal mineiro De Fato: “Já pensou? Operário lá dentro da Assembleia falando contra a burguesia...”. Cassado, ele foi preso no dia 4 de abril. Na prisão, foi torturado. Pegou uma condenação de dois anos e meio e ficou na cadeia todo esse tempo. Dazinho se orgulha muito de tudo que fez.

– No dia 31 de março eu estava em Nova Lima, no sindicato. Lá fiquei sabendo que o companheiro Sinval Bambirra, operário tecelão, deputado esta-

da polícia de Lacerda começaram a se acercar do prédio, que continuava guardado pelos fuzileiros navais. Já não se conseguia falar com Jango, nem com Raul Ryff (seu Secretário de Imprensa) ou Darcy Ribeiro (Casa Civil). A greve geral tinha pifado. Os dispositivos de resistência tinham ruído: o esquema militar do Assis Brasil, o esquema político-sindical-militar da Frente de Mobilização Popular, os esquemas de resistência dos grupos de esquerda. Pior: Lacerda já aparecia na televisão, levado por Flávio Cavalcanti, e discursava.

Restava deixar o DCT. Os fuzileiros garantiam a saída de todos. Os cami-

nhões da polícia militar, já certos de que não haveria confronto, se aproximaram e tomaram o prédio. Não havia mais ninguém. Era a debandada. Cabo Anselmo, armado com uma metralhadora, ainda arriscou uma proposta à guisa de provocação: tomar o Ministério da Guerra. Na praia do Flamengo, o prédio da UNE pegou fogo. Os que ainda acreditavam numa resistência armada, naquele momento, tentavam captar, por rádio, notícias do Rio Grande do Sul.

Esperavam que, a qualquer momento, voltasse a se formar, como em 61, a Cadeia da Legalidade. Não se formou!



1º de abril, Cinelândia, Rio de Janeiro: violência nas ruas.

dual eleito pelo PTB, tinha sido preso em Belo Horizonte. Então os operários protestaram contra o movimento militar, pararam o serviço e foram para o sindicato. No sindicato, então, a polícia chegou, invadiu e pôs todo mundo pra fora. Depois a empresa aproveitou e dispensou mais de 200 trabalhadores, botando-os em inquérito administrativo.

– Perseguição em 1964 contra os trabalhadores foi em todo lugar. No Vale do Aço os trabalhadores, principalmente os da Belgo-Mineira, todos os companheiros que tinham assim uma certa liderança, foram postos pra fora, foram presos, e até hoje tem companheiros lá em situação difícil, porque eles já tinham seus 35 a 40 anos e não é fácil encontrar emprego nessa faixa de idade. Teve também repressão contra os trabalhadores rurais, em todos os lugares onde eles tinham lá as suas organizações, seus sindicatos.

– Eu mesmo fazia parte de uma Comissão de Sindicalização Rural. Fiz muitas viagens para o interior, muito trabalho junto a aglomerações de trabalhadores no sentido de sindicalizar, e de conscientizar. Lá mesmo nos hortos florestais da Acesita, no Limoeiro, Pinho D'água, Ipanema, Lagoa das Piabas, organizando sindicato rural. No meio da mata mesmo. E a repressão contra

esses operários foi firme. Acabaram com aqueles sindicatos.

– Com esse 31 de março a classe ficou praticamente sem liderança. Sem um poder de ação. Os movimentos estavam muito ativos, em Nova Lima, Belo Horizonte, e Contagem, em todo o Vale do Aço, em Barão de Cocais. Muitos sindicatos estavam mesmo se tornando sindicatos de defesa dos interesses dos trabalhadores, de luta. Magalhães Pinto, que era governador, já vinha jogando polícia em cima No golpe, demonstrou lado em que ele sempre esteve, contra a classe operária.

EDITORIAL
LIVRARIA
LIVRAMENTO
LTD A
R. WALDEMAR FERREIRA, 174
BUTANTÁ SP

Há 14 anos o General Mourão Filho à frente de sua tropa sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, dava a largada para o movimento que derrubaria o governo legalmente eleito de João Goulart e, em nome da ordem e da liberdade, instauraria um “provisório” estado de exceção. Hoje, curiosamente, não são poucos os “revolucionários de primeira hora” que espirram dos centros de decisão. Para cada velinha adicionada ao bolo de 64, há menos convivas para soprá-las.

Será que o tiro saiu pela culatra? Ou os verdadeiros patronos do chamado movimento de março não eram aqueles que, como Carlos Lacerda, General Kruel ou o General Bevilacqua, estavam na linha de frente nos primeiros momentos da insurreição? E o que foi feito da grande massa de classe média que engrossou a Marcha pela Família, exorcizando a desordem e o fantasma do comunismo? Não estará ela hoje também somando com os “anseios de democratização” que partem de diversos setores da sociedade?

EM TEMPO inicia neste número uma série de entrevistas com sociólogos e economistas no sentido de reproduzir os passos mais importantes do movimento de março de 64 ao longo de seus 14 anos, tentando identificar a natureza da crise de então, seus vencedores e perdedores, e as modificações ocorridas até os nossos dias.

Entrevistas concedidas a Guido Mantega e Maria Moraes.

69
70
71
72
73
74
75
76
77
1978

Fernando Henrique Cardoso

EM TEMPO - Qual a natureza da crise de 64?

Fernando Henrique Cardoso

Como um momento de ruptura muito grande, 64 significou a confluência de várias crises. No período de Juscelino o processo de desenvolvimento foi muito parecido com o ocorrido no tempo do “milagre”, com muito investimento de capital estrangeiro, porém com a diferença de que era um desenvolvimento sem apertar os cintos. JK pôs em prática o desenvolvimento procurando esgueirar-se das tensões sociais, e, para isso, evitou de mexer com a estrutura agrária, com os salários e mesmo com o aparato estatal, que representava interesses políticos e sociais do período populista. Ao invés de espremer os salários, ele endividou o Estado, jogando para frente o déficit estatal que provocaria uma forte inflação futura. No tocante ao Estado, JK implantou uma estrutura administrativa paralela já existente, criando várias comissões como o GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), incumbidas de fazer articulações do Estado com o capital nacional e estrangeiro. Além disso, JK não entrou a fundo em reformas como a da estrutura fiscal, do orçamento, etc.

Todos esses problemas em potencial foram herdados por Jânio Quadros, que tentou justamente realizar a reforma institucional. Desde algum tempo havia um descompasso entre as ações modernizadoras acionadas pelo Executivo e o Congresso que representavam interesses mais atrasados, Jânio não só procurou reformar o Congresso, como também tentou conter a inflação através de uma forte desvalorização da moeda, controle do déficit público e restrições salariais. Naturalmente essas medidas eram difíceis de tomar com um sistema parlamentar ancorado no distributivismo, e em interesses locais. Ai, ele comprou a briga com uma porção de grupos e procurou controlar as massas que o haviam apoiado. Para camuflar isso, Jânio esboçou uma política externa independente, concedendo Guevara e negociando com os países comunistas. Assim, Jânio, que procurou levar adiante os interesses do capital monopolista, acabou perdendo a briga com o Parlamento que não engoliu o golpe da renúncia. Quando da queda de Jânio, a crise econômica já estava desenhada e a pressão social era muito forte. Com o ascenso das massas urbanas, inclusive de operários, o sistema político começa a expressar interesses além dos tradicionais. Estava criada a crise de legalidade.

ET - Como você explica a amplitude assumida pelo movimento de massas no período Goulart?

FHC - O movimento social ganhou amplitude com o surgimento de

L.Gonzaga Belluzo

EM TEMPO - Como você explicaria a crise econômica de 1964?

Luiz Gonzaga Belluzo - Em 64 assistimos a uma crise de esgotamento do padrão de crescimento anterior, implantando no governo Juscelino Kubitschek, em que se notaram novos setores na economia; basicamente o setor de bens de consumo durável e o de bens de capital. Estes setores, que possibilitaram altas taxas de crescimento da renda e do emprego, começaram a encontrar obstáculos do ponto de vista de sua expansão. No concernente ao setor de bens de consumo durável e o maior problema era a estrutura de distribuição da renda e os padrões de diferenciaimento do consumo privado. Por exemplo, a indústria automobilística logo esgotou a demanda já existente, que era pequena. Como não existia um sistema de financiamento ao consumo ela não tinha como aumentar a demanda. Logo, criou-



movimentos socialistas, ligas camponesas e sindicatos rurais em cima da questão da terra., coisas absolutamente inéditas no Brasil populista, que era um movimento essencialmente urbano. Ai começou a briga entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Igreja e o PTB, para ver quem controlava o ascenso da massa rural. Essa mobilização toda provocou respostas dos setores mais atrasados do campo que se colocaram à frente da luta anti-Jango e redundou em muita luta e mortes no campo. Nesse período muita gente cometeu o engano de pensar que havia ocorrido um desvio populista. Houvera, isto sim, uma ampla movimentação das camadas populares. Que a direção fosse populista não resta dúvidas, que a concepção mais geral era democrática-burguesa também é verdade. Mas é inegável que a mobilização foi extremamente importante e os setores burgueses e conservadores não se assustaram à toa. Pela primeira vez havia uma relação entre o movimento da cidade e o do campo. Havia realmente uma crise social. A reação contra Jango estava nas mãos dos setores mais retrógrados das classes dominantes e nas mãos da classe média e parte da Igreja, enquanto o capital monopolístico se mantinha resguardado e entrava apenas indiretamente na mobilização. Este último abandonou o Estado e passou a constituir os embriões do novo Estado. Naquela época, o general Golberri organizou o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) que realizou estudos sobre o campo (com a solução para a posterior reforma agrária) e organizou diretórios que cuidavam de financiar a eleição de deputados. A “inteligentzia” do IPES constituiu, depois de 64, o núcleo do SNI.

ET - 64 representou o fim de algum projeto nacional-autonomista?

FHC - Na verdade o que havia era uma ideologia da burguesia nacional, pois, desde antes, o empresariado local estava se associando ao capital estrangeiro. Não que não houvesse burgueses nacionais ou capital nacional. Mas o grosso do empresariado local não estava de acordo com essa ideologia nacionalista que propunha reforma agrária, aumentar o mercado, aliança com o Estado e as massas para combater o imperialismo, etc. Eu creio que essa idéia de um desenvolvimento nacional autônomo encontrava mais res-

se problema de realização dinâmica. Em outras palavras, a indústria não tinha como reinvestir os lucros represados nas próprias empresas. O problema, no caso do setor de bens de capital, era, e continuando, o de estrutura de financiamento. Tanto é que este setor, no período de recuperação econômica, foi o que mais se demorou a levantar.

ET - Você chama de crise de superacumulação a existência de uma excesso de capital frente a uma dada estrutura de demanda?

LGB - O problema é que se tinha uma estrutura de demanda inadequada de dois pontos de vista: da própria distribuição pessoal de renda que era altamente concentrada e, mais ainda, a incapacidade do sistema financeiro brasileiro, naquele período, em financiar o consumo em uma escala suficiente para atender as necessidades do setor de bens de consumo duráveis. O problema, então é que os setores atingidos por estes obstáculos comecem a não querer investir. E o que acontece? Você não investe para evitar que sua taxa de lucro caia e com isto você, automaticamente, mantém a taxa de lucro. Mas, à medida em que o ritmo da

sonância entre as Forças Armadas, aliás por razões óbvias, pois o aparelho de Estado está mais próximo da ideologia que da economia, ao contrário dos empresários. Foi por isso que um terço dos oficiais gerais passaram para a reserva compulsória após 64.

ET - O que jogou a classe média contra Jango?

FHC - As classes médias se assustaram com duas coisas: a falta de rumos do governo e o comunismo. Com a inflação galopante e a imprensa dizendo que o Brasil estava a beira do caos. Primeiro vem o caos depois o comunismo, afirmavam os jornais. Ai, a parte conservadora da Igreja também aderiu e foi organizada a Marcha com Deus pela liberdade, que era imensa massa de classe média.

ET - Parece que 64/68 foi um período de consolidação do movimento de março de 64. Quem venceu a luta?

FHC - Como todo golpe 64 começou seus próprios filhos. O primeiro setor bloqueado já no governo Castelo Branco foi o agrário. Roberto Campos, que era um homem de idéias muito claras do ponto de vista das classes dominantes, logo assinou um acordo de garantias com o capital estrangeiro, além disso procurou modernizar o aparelho de Estado e controlar seus déficits cortando o distributivismo, enfim ele procurou restabelecer a capacidade de acumulação. Cortou os subsídios das empresas estatais, elevou as tarifas dos serviços públicos e arrochou os salários, e isso incidia nas costas do operariado, da classe média e dos pequenos empresários. Assim, quem ganhou no golpe de 64 foi o grande capital. Mas naquela época o grosso da esquerda achava que os vencedores eram os setores mais atrasados, enquanto o Brasil já estava no caminho do desenvolvimento industrial. É verdade que as forças que mobilizaram o golpe foram os latifundiários, a Igreja e a classe média. Mas estes não tinham nada para propor, e os setores monopolistas que tinham uma política a propor, tiveram forças para impô-la. Em 66, as eleições demonstraram que em termos quantitativos o núcleo central do golpe era minoritário. E aí deram o novo golpe que foi o AI-2 e liquidaram todos os partidos. Em 64 desarticularam as classes populares e em 67/68 desarticularam as classes dominantes antigas. Quando esses setores das classes dominantes tentaram se rearticular a partir de 67 e os setores populares se mobilizaram em 68, veio o AI-5. Isso demonstra que o autoritarismo era uma necessidade para o capital monopolístico, pois com sistema político livre eles perdem as eleições. Mesmo que eles não percam para a esquerda, para o povo, eles perdem para os setores das classes dominantes que não estavam propriamente engajados nesse processo, mas controlavam as máquinas partidárias. Então o golpe de 64 se complementa mesmo em 68. Os liberais acham que 68 foi a traição do golpe. Eles queriam, só restabelecer a democracia. Mas não de restabelecer a democracia e sim um pacto de dominação diferente, e este precisava do autoritarismo. O autoritarismo não foi casual.

Caio Prado Jr.

EM TEMPO - Quais as principais mudanças observadas nestes últimos 14 anos?

Caio Prado Júnior - O sistema sócio-econômico brasileiro continua, no essencial, o mesmo do período colonial. Isto é, vivemos em uma sociedade cujo objetivo é produzir mercadorias para o consumo de mercados externos. Ora, sabemos que as economias capitalistas européias se desenvolveram na base do atendimento das necessidades do consumo interno. É por isto que, no Brasil, os empreendimentos mais modernos, como a indústria automobilística, só puderam viabilizar-se por constituírem prolongamentos de empresas estrangeiras. O surgimento de um pequeno número de indústrias sofisticadas não pode, pois, encobrir o fato de que - atendendo à ânsia de uma relativamente escassa, mas, em conjunto, apreciável minoria de consumidores melhor aquinhoados e aspirantes sedentos dos padrões da sociedade de consumo norte-americana e europeia - a industrialização brasileira continua obstada pelo remanescentes do velho sistema.

acumulação vai diminuindo você também não realiza mais compra de equipamentos e não dá mais emprego. Isto é, para não se reduzir a sua taxa de lucro individual você termina reduzindo a taxa de lucro do setor e de toda a economia.

ET - O fator determinante da crise seria, então, o mercado consumidor?

LGB - Depende. Se você tem uma estrutura de financiamento que lhe permita reciclar o excedente financeiro represado nas empresas (o lucro que não foi reinvestido dada a estrutura da demanda) de forma a repassá-lo, via financiamento, ao consumidor, então, é possível aumentar o consumo presente através do individualismo (isto é, das compras financiadas). Logo, o problema não estava só em um mercado restrito mas também em um mercado que era insuficiente para sustentar a expansão da taxa de acumulação deste setor. era insuficiente por causa da distribuição da renda pessoal, que era extremamente concentrada, agravando-se depois, por um lado e pela inexistência de uma mecanismo de antecipar o consumo, de financiar o daqueles bens que estavam sendo produzidos.

Paul Singer

EM TEMPO

Que tipo de crise houve em 1964?

Paul Singer - É uma crise essencialmente política no sentido de que desde 1950 - a partir da eleição de Getúlio - houve uma inegável ascensão daquilo que na época se conhecia como movimento popular. A reconquista na prática do direito de greve por parte dos trabalhadores; sobretudo depois de 1953; uma autonomia factual crescente dos sindicatos em relação ao Ministério do Trabalho e ao poder e a própria eleição de Juscelino em 1955, com o apoio dos partidos na época de esquerda, são fatos que contribuíram para o crescimento do movimento popular. O desenvolvimento do movimento estudantil, do movimento camponês, das Ligas Camponesas, dos sindicatos culmina na luta-pela posse de João Goulart, em 1961, após a renúncia de Jânio. Com a vitória obtida em 1961, partes significativas do movimento popular radicalizam-se e colocam pela primeira vez, pelo menos neste período histórico, a perspectiva de mudanças estruturais no sentido socialista. Ao mesmo tempo, assiste-se à reação da burguesia, ligada a setores das Forças Armadas e da Igreja, no sentido de maximizar e exagerar a radicalização do movimento popular - que, na verdade, era ainda muito limitado, apesar de significativo - no sentido de fazer crer aos membros das classes dominantes e à opinião pública burguesa em geral, que praticamente o comunismo estava no poder e que o Brasil chegara às vésperas de transformações revolucionárias decisivas. Esta campanha surtiu efeito, mobilizando e polarizando o centro burguês democrático do panorama político brasileiro para a direita, no sentido oposto e igualmente forte da polarização e radicalização do movimento popular. E as duas radicalizações, as duas polarizações, finalmente, se encontraram num jogo frontal em fins de março de 64, com os resultados finais que todos conhecemos.

Caio Prado Jr.

EM TEMPO - Quais as principais mudanças observadas nestes últimos 14 anos?

Caio Prado Júnior - O sistema sócio-econômico brasileiro continua, no essencial, o mesmo do período colonial. Isto é, vivemos em uma sociedade cujo objetivo é produzir mercadorias para o consumo de mercados externos. Ora, sabemos que as economias capitalistas européias se desenvolveram na base do atendimento das necessidades do consumo interno. É por isto que, no Brasil, os empreendimentos mais modernos, como a indústria automobilística, só puderam viabilizar-se por constituírem prolongamentos de empresas estrangeiras. O surgimento de um pequeno número de indústrias sofisticadas não pode, pois, encobrir o fato de que - atendendo à ânsia de uma relativamente escassa, mas, em conjunto, apreciável minoria de consumidores melhor aquinhoados e aspirantes sedentos dos padrões da sociedade de consumo norte-americana e europeia - a industrialização brasileira continua obstada pelo remanescentes do velho sistema.

ET - O que explicaria, então, o movimento militar de 64?

CPJ - Em síntese, o Brasil continua no velho enquadramento ao sistema internacional do capitalismo, que vem a ser o imperialismo, na posição de simples dependência dele. As classes dominantes são as mesmas: nestes últimos 14 anos a que mais se expandiu e consolidou - em decorrência da própria expansão do setor estatal - foi a burocracia estatal. Logo, o movimento de abril de 64 explica-se muito mais pelo medo das classes médias e do empresariado com a desordem e o perigo comunista e, no referente aos militares, pela quebra da disciplina militar representada pelo movimento dos sargentos e marinheiros, do que propriamente por uma redefinição no interior das classes dominantes.

Isto significou que os setores nacionalistas, embora dentro da nova composição de poder, estiveram em nítida desvantagem sobretudo no período Castelo Branco. Parecem ter recuperado alguma coisa de poder no período Costa e Silva, quando começa a mudar a política externa brasileira, voltando a perder as pequenas vantagens obtidas anteriormente quando começou o governo Médici - sobretudo no consulado do Delfim - que leva às últimas consequências o impulso a exportar.

Isto significa amarrar cada vez mais a economia brasileira à economia internacional - praticamente à economia multinacional - dando uma posição muito privilegiada às multinacionais como ponta de lança da economia industrial brasileira no mercado mundial. Os setores nacionalistas parecem ter recuperado alguma coisa de sua influência no governo Geisel na medida em que, sobretudo no Ministério da Indústria e Comércio, o Severo Gomes conseguiu, em pequenos casos e em algumas instâncias, colocar limites ou obstáculos à expansão rápida das multinacionais. Mas são exceções mais do que a regra.

ET - O que você chama de setores nacionalistas?

PS

- Começando dos mais aos menos importantes eu diria que temos, em primeiro lugar, a indústria de base, com a indústria de bens de capital na qual existem os únicos setores brasileiros que são de capital monopolista. Estes setores são os mais importantes mais a eles estão ligados outros industriais de menor dimensão, mais concorrenciais, menos aptos a competir com o grande capital. Estes setores obtiveram muito pouco: recentemente foram favorecidos em termos de crédito, por exemplo. Mas, são na verdade manobras defensivas diante de uma tendência de relativo aniquilamento a que eles estão sujeitos, que pode ser um pouco adiado mas não detido. Eu diria que pegando estes últimos quatorze anos em seu conjunto a parcela das classees dominantes mais estreitamente ligada ao grande capital internacional foi a vencedora.

ET - Que setores das classes dominantes estavam na liderança do movimento de março de 64, ou se a, quem foram os vencedores? Por outro lado, você acha que 64 significou o fim de algum projeto de desenvolvimento autônomo ligado a uma burguesia nacional?

PS - Na verdade o movimento de março de 64 foi realizado em frente única das classes dominantes. Todas as mais importantes frações das classes dominantes estavam lá. Algumas, conspiravam desde antes de 1961; outras, aderiram no último momento e outras, ainda, aderindo somente depois de vitorioso o golpe, como é o caso de setores ligados a Juscelino. Mas todos eles aderiram. Por sua vez, a determinação de quem ganhou a hegemonia só se pode fazer analisando o período posterior, em que a luta intra-frações das classes dominantes se aguçou e se revelou, inclusive, em uma série de golpes. Em termos sociais e econômicos mais amplos parece claro que a fração dominante, a fração vencedora, foi aquela associada ao grande capital multinacional.



Os (des)caminhos do autoritarismo

Como veículo mais abrangente de toda a Indústria Cultural - potencialmente capacitado para atingir todas as camadas sociais em seu cotidiano - a televisão precisa também, mais do que qualquer outro meio de comunicação, mascarar seu caráter de classe através de uma programação, uma linguagem e uma ideologia que buscam forjar uma cultura "universal". A televisão pouco desenvolvida e tecnicamente mal capacitada (técnica nesse caso, tanto no sentido material da palavra quanto no sentido da manipulação da psicologia de massas) ainda é obrigada a manter uma programação diferenciada para públicos diferenciados: programas "culturais" para a classe "A", filmes e novelas para a classe "B", shows tipo Chacrinha para a classe "C", e futebol para todos.

A rede Globo, no entanto introduziu no Brasil a novidade da planificação, organizada como uma empresa eficiente e a partir de um conhecimento profundo da psicologia do seu mercado, a Globo conseguiu não apenas a liderança de audiência nos últimos oito anos como também, mais recentemente, levar as últimas consequências a mistificação que a Indústria Cultural sempre buscou promover: a idéia da "democratização" da cultura burguesa: formação da aldeia global, nivelada a partir daquilo que já se estabeleceu como senso comum na sociedade. Assim a Globo tem hoje condições de manter uma programação "para todos", durante todo o tempo em que está no ar. Sua pretensão homogeneizante consegue sucesso através de uma tática já antiga na Indústria Cultural. Ela **contere a tudo um certo ar de semelhança** e não se choca com quase nenhuma visão particular da realidade, da mesma forma como se relaciona indistintamente com as diversas classes sociais (enquanto veículo portador de uma mensagem e não enquanto meio de produção, obviamente) que ela pasteuriza numa massa informe chamada "público".

A idéia de "público" está para a tevê como a idéia de "povo" estava para a classe governante na ideologia populista - é dele que a tevê depende, e para mantê-lo sob seu domínio ela precisa não somente criar a ilusão de que ele é soberano como também, na medida em que não ameaça essa relação de dominação, atender a algumas de suas reivindicações mais prementes. No Brasil em particular, a linguagem populista ainda é a que se estabeleceu mais fortemente no seio tanto das classes dominadas como inclusive dentro da própria classe dominante - talvez por ter correspondido ao período histórico em que as classes trabalhadoras alcançaram maior peso político até hoje neste

país, ao mesmo tempo em que as camadas dirigentes conseguiram com ela uma ideologia que aplacasse convenientemente sua má consciência, mascarando as relações de exploração em relações de "colaboração mútua" e paternalismo. Hoje em dia, quando o próprio governo não hesita em lançar mão do discurso populista para penetrar em alguns setores da sociedade, a televisão vê nele o discurso mais adequado para atingir "todo o povo" numa proposta de cunho "universalista".

E a "cara do povo" como é que fica?

Na época do governo Médici, uma enorme classe média ascendente, exuberante e principalmente (também do ponto de vista da tevê) consumidora, cumpria o papel de formar a fachada do que a Rede Globo chamava "o homem brasileiro". Quanto aos trabalhadores e outros setores oprimidos da sociedade, não havia porque se preocupar com eles. Eles de fato "não existiam" politicamente e podiam ser emburrados no mesmo saco que a classe média, sem necessidade de aparecer no rótulo. Hoje, com a conjuntura Geisel/Figueiredo - fracasso das propostas econômicas do governo, aumento das tensões entre a maioria da população e a elite dominante e a própria ruptura (temporária?) no seio dessa elite, - outras camadas do "povo brasileiro" voltam à cena, colocam-se novas questões, velhos problemas voltam a emergir e a ideologia da classe média balança um pouco. Também a pequena burguesia (ou principalmente ela) economicamente lograda, volta a se comover com peças de teatro que colocam a "realidade brasileira" no palco, a apoiar o cinema nacional, a reclamar da falta de informação, etc.

A televisão, por sua vez, já se impôs como fonte prioritária de informação e de contacto do público com a realidade. Agora, para continuar por cima no jogo duro da concorrência, uma emissora como a Globo precisa atender as novas exigências de seu público, enquanto ele ainda vê na televisão (para tranquilidade do sistema), uma substituição da participação política e social que lhe é vedada. Por isso, a tevê precisou colocar outras camadas do povo em cena antes que elas ameassem falar por si mesmas. Precisam, ao mesmo tempo, aplacar as angústias de uma classe média que teme sua proletarianização e se travestir de arte, de fonte fidedigna de informação, e de programações de "alto nível". Por incrível que pareça, não é difícil conciliar essas duas exigências com as limitações inerentes a um veículo que continua aspirando à universa-

lização da cultura burguesa e ao mesmo tempo não tem a menor condição de deixar de servir ao poder.

Não é difícil mesmo. No caso da Globo, suas pretensões artísticas se resolvem atendendo exatamente (ainda que apenas em parte) uma reivindicação que há dez ou quinze anos atrás era feita pela própria esquerda. No início da década de 60, a esquerda reivindicava quase unanimemente a "busca dos verdadeiros valores artísticos e culturais do nosso povo" apontando para a criação de uma cultura nacional-popular. Hoje a Globo encampou facilmente a primeira parte dessa proposta (busca dos verdadeiros valores, etc), embora nem lhe passe pela cabeça colocar em pauta a complexa discussão política em que implica a idéia do projeto nacional-popular. O trabalho da Globo é tranquilo, porque o projeto das esquerdas na década de 60 vinha atrelado a uma ideologia nacionalista que já contém em si mesma as bases da sua mistificação. No Brasil nunca existiu de fato um caráter nacional-popular, e a identificação povo-nação só chegou a se esboçar no período populista, sob a égide de um engodo de massas. Está aberto o caminho para que um veículo com a força de penetração e o poder de unificar a linguagem nacional a partir de sua própria linguagem, como é a televisão, se aproprie de alguns elementos de culturas regionais (sobretudo em duas formas pré-capitalistas, aceitas consensualmente porque evocam a nostalgia de um tempo e uma pureza perdidos...) e recrie, a partir da força da imagem, "a cara do povo como ela é" prá ninguém botar defeito. E, dessa vez, até as classes oprimidas recebem o lugar que conquistaram, na composição dessa fachada nacional.

Nem muito diferente, nem muito parecido

É claro que para isso a televisão precisa colocar em cena os problemas reais da população brasileira, pois até mesmo a ilusão para passar por realidade precisa se reportar a situações de fato. Hoje a telenovela, por exemplo, já é capaz de reproduzir o que ela identifica como sendo a "problemática brasileira" e, melhor que o cinema, atender à reivindicação de Paulo Emílio Salles Gomes, que o povo se veja na tela, identifique seu ambiente e suas condições de vida ao invés de se identificar com padrões impostos por filmes "alienígenas". Substituindo em parte sua pretensão romântica por um estilo naturalista, a novela imita o ambiente e a vida também das camadas mais baixas da população. Ela o faz, com verossimilhança suficiente para não ser

Em vez do "povo nas ruas", depois do "povo no palco"...



O POVO NO AR !!!

acusada de fantasiar a realidade (coisa que esse público exigente não aceita mais), mas conservando ligeiras modificações de modo que as pessoas não se choquem nem se revoltam ao contemplar o que lhes é apresentado como sendo sua própria condição. Aliás, atrás da telenovela (Ou à sua vanguarda?) estão as conquistas da publicidade, também readaptadas para corresponder à essa atual auto-imagem do povo/público brasileiro.

Essa inovação nada tem de revolucionária. Não é preciso aprofundar o caráter de classe da situação de um trabalhador que aparece como personagem de uma novela; a tevê sabe reproduzir sua vida, sua problemática mais evidente (apenas o que já é de domínio do senso

comum) e até mesmo os aspectos evidentemente mais atrasados de seu comportamento-machismo, ignorância, etc - sem com isso contribuir para ampliar o nível de consciência sobre a classe operária. O grande engodo está aí. A televisão ganha maior respeitabilidade (e poder de convicção) ao apresentar a vida "como ela é". E consegue, com seu novo estilo naturalista, continuar propondo e talvez moldando no seu público uma atitude de conformismo.

Também a luta por ascensão social dos representantes dessas classes subalternas - trabalhadores isolados, empregadas domésticas, desempregados, etc - está presente na temática, mas se resolve em moldes

populistas fazendo aliança com elementos da classe dominante, por caindo nas boas graças de um milionário generoso ou de um filho-do-patrão (também apresentado isoladamente, sem nenhum respaldo social) idealista.

Eu faço, tu participas, eles assistem.

Quanto à Arte/Cultura nacional, a Rede Globo tem atualmente como principal proposta de sua linha editorial a promoção de documentários e shows sobre a "cultura popular brasileira". A diferença desses shows em relação aos festivais de MPB de 66 a 68 é que hoje, sob a égide da perfeição técnica, está "tudo sob controle" e não há nenhum espaço para manifestações espontâneas. Até as reações da plateia, quando há plateia, são previamente organizadas. Hoje, assiste-se a um **espetáculo musical**, o que implica numa postura muito diferente da época em que se participava, bem ou mal através da tevê de um acontecimento cultural que abalava toda a opinião pública. Hoje, a opinião pública é mais que passiva: ela é espectral.

Brasil Pandeiro por exemplo, um dos especiais da Globo, já não promove o samba bôbo e deslumbrado de um Benito di Paula mas mostra o "som dos oprimidos", o samba vindo do morro e dos trens da Central. Mistura todas essas imagens esteticamente, intercala cenas de rua com cenas de palco num estilo rococó-hollywoodiano, bota baiana e belle-époque numa mesma fantasia e faz do samba, da miséria e da exaltação ao povo brasileiro (seu ritmo, seu vigor, sua sensualidade...) um espetáculo em que este "povo" parece ser a estrela principal. Só que nessa salada cultural, o tal "povo" se torna uma categoria tão abstrata que dificilmente alguma parcela do público terá chances de crescer um pouco, existencial e politicamente, ao se identificar na tela. Talvez quem se identifique com essa tal "cultura brasileira padrão Globo" seja um pequeno setor nostálgico da classe média, relembrando uma época - década de 40 a 50, mais ou menos - em que essa perspectiva de confraternização nacional, tendo o samba de morro e as promessas de industrialização independente como cachimbos da paz, parecia de fato uma perspectiva para o presente projetada em direção ao futuro - e não como agora, uma farsa consoladora de consciências cansadas de evitar o óbvio.

Maria Rita Kehl / Flávio Aguiar.

RECOBRINDO A SEGURANÇA

Assim, o discurso de um homem do governo, reproduzindo linguagem radical frente ao gesto arbitrário do regime, é o melhor instrumento reaglutinador das pessoas de teatro em seu redor, reafirmando-lhe apoio na aplicação contínua da Política Nacional de Cultura.



paz de calar e minorar contradições, determinando o esvaziamento político de problemas pertinentes à área, antes área de atrito com o regime na composição do quadro das oposições.

O P.N.C. hoje talvez esteja vivendo seus dias de plenitude e sucesso, com tamanha segurança que permite até a expressão de certos paradoxos aparentemente incoerentes. Exemplo disso é a repercussão, na imprensa, da proibição de **O Belo Burguês** (Pedro Porfírio), nos momentos de sua estreia programada pelo Serviço Nacional de Teatro. Ao diretor do SNT, sr. Orlando Miranda, coube expressar os anseios da oposição, esvaziando-os numa retórica linguagem radical: " - Numa hora dessas, tenho vontade de estar trabalhando na Comlurb - que me desculpem os garis - pois acho que sentiria melhor o cheiro de podre". Abre-se, desse modo, espaço à confirmação verbosíssima do postulado exótico que diz serem as pretensões do MEC absolutamente distintas das violências do Ministério da Justiça, na programação da política governamental.

Ao autor da peça, restou uma afirmação patética: - "Vou transformá-la em livro e mostrar ao público que a censura está errada e incoerente, pois até na Alemanha de Hitler a peça seria realizada sem problemas". E na composição dos últimos versos desse verdadeiro samba do teatro doido, transferiu de imediato o fato político-cultural para o âmbito de uma atrasada luta econômica, assinalando como consequência da proibição de **O Belo Burguês** pela censura, o prejuízo de 105 milhões, o que lhe custara a produção (resta saber quanto há nessa quantia, de subvenção do próprio SNT).

Assim, o discurso de um homem do governo, como Orlando Miranda, reproduzindo linguagem radical frente ao gesto arbitrário do regime, é o melhor instrumento reaglutinador das pessoas de teatro, em seu redor, reafirmando-lhe o apoio, na aplicação contínua da Política Nacional de Cultura. E se a questão da censura tem principalidade no âmbito dos prejuízos financeiros causados à produção de arte, as feridas serão tampadas, sem dúvida, com outros programas e promessas de



das linhas mestras dos objetivos da Política Nacional de Cultura, quando em seu documento básico se lê: "Nesse rumo de concepções e na conformidade de nossa vocação democrática, a Política Nacional de Cultura entrelaça-se, como **área de recobrimento**, com as políticas de segurança e de desenvolvimento..."

As consequências dessa política governamental no âmbito da cultura têm reflexos os mais distintos, alcançando (e limitando) as próprias perspectivas de organização independente dos trabalhadores de arte, atolados muitas vezes em lutas específicas e econômicas que não avançam, na reprodução de alianças típicas do populismo-reformismo, com setores do empresariado.

O teatro, o cinema, a televisão, a literatura, a música que se desenvolvem estão sob uma ótica dos interesses patronais. A própria luta sindical por exemplo, no caso do teatro, ainda que arejada pelas contraditórias mas um tanto avançadas propostas da chapa Urdimento em São Paulo, no Rio de Janeiro essa luta sindical é sobretudo uma luta de horizontes apenas assistencialistas, atrelada ao Estado, não permitindo o desenvolvimento de nível de consciência política dos atores e técnicos de espetáculos. Isto quando por todo o país, nos mais diversos setores da produção, da pequena burguesia ao proletariado, oposições sindicais se articulam, inaugurando novas práticas de organização e manifestação dos trabalhadores na defesa de seus interesses imediatos e históricos.

Marcos Prado



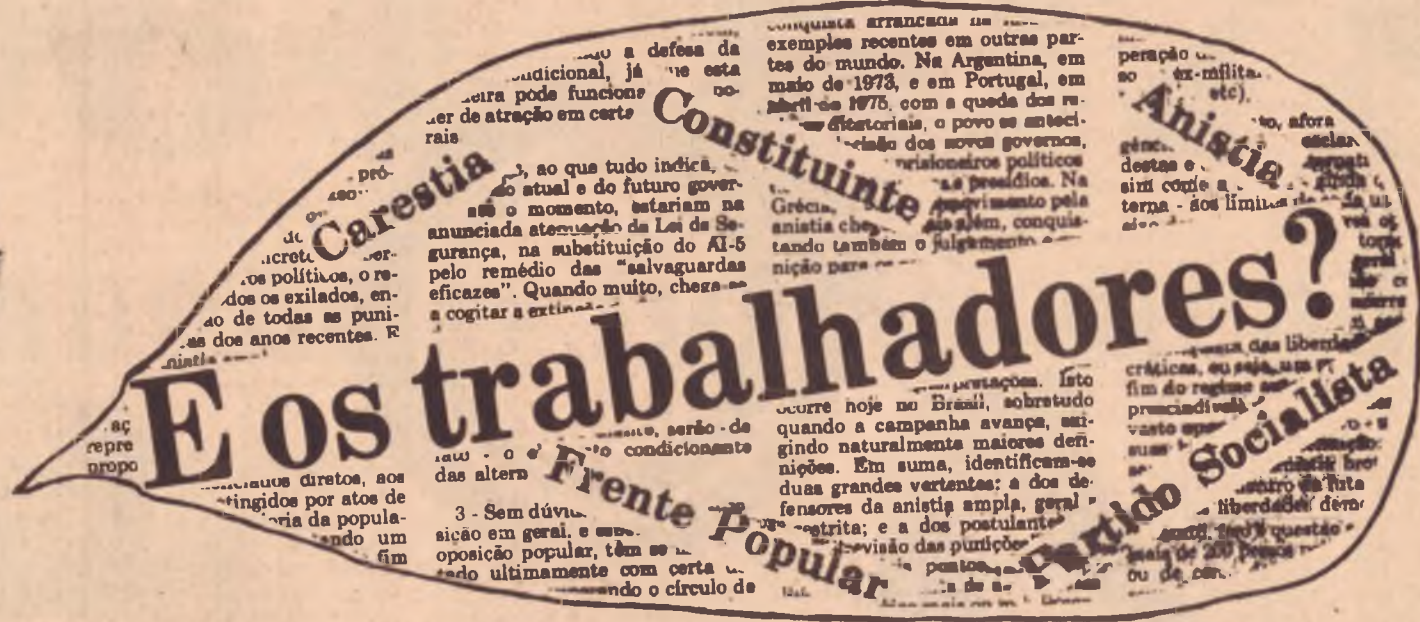
Na segunda quinzena de março, o aparelho repressivo do regime militar não investiu apenas contra os professores e jornalistas paranaenses, ao tentar dar vazão a certas contradições internas no seio dos grupos no poder. Ainda que ocupado espaço restrito no noticiário político-cultural, peças, letras de música, programas de televisão também foram alvos de uma nova investida da censura.

A mobilização da intelectualidade na defesa desses seus interesses, porém, nem de perto teve a repercussão que tiveram as prisões de Curitiba, consideradas aqui a proporcionalidade dos fatos. O dado, contudo, nos parece curioso, se atentarmos que em outras épocas, a proibição de uma obra de arte bastava para desencadear toda uma série de manifestações de consideráveis reflexos políticos. Seria o caso de nos perguntarmos o porque dessa timidez dos setores ligados à produção cultural, justo quando de modo tão evidente se reanima o movi-

mento de massas em favor da luta pelas liberdades democráticas.

A resposta para esse fenômeno de despolitização passa sem dúvida pelo sucesso da **Política Nacional de Cultura** (P.N.C.) implantada no governo Geisel, através da gestão Ney Braga, no MEC. No âmbito de seu projeto ideológico, o governo atual não mais reproduz essencialmente os ideais proselitistas do tempo do "Milagre". A conjuntura é outra, não havendo propriamente mais lugar para uma programação promocional voltada a nos transmitir a imagem de um "Brasil, ilha de paz no mundo". Isto, salvo alguns compromissos já menores da propaganda oficial com relação à subvenção de certas agências de publicidade.

A jogada, porém, é outra e de certo modo, bem mais eficaz. C regime rearticula sua base social, aproximando-se de setores da intelectualidade, com um projeto, bem traçado de auxílio paternalista de desenvolvimento empresarial, ca-



Entrevista de FLORESTAN FERNANDES a Carlos Moreira

A grande crítica que faço à Anistia, à luta contra a Carestia, pela Constituinte, pelo Estado de Direito é que estas palavras de ordem vêm soltas, elas não vêm ligadas com objetivos mediatos que se pretendam atingir. Não se diz, vamos lutar por isso porque é o que podemos fazer agora e isto é essencial para outras atividades que faremos no futuro. Isto é decorrência da falta de um movimento socialista denso, maduro, forte, realmente revolucionário.

No que interessa ou pode interessar à classe operária este processo atual de rearticulação partidária no Brasil?

Eu tenho a impressão que o problema central não é bem a criação de novos partidos políticos. Acho que se a preocupação está vinculada à democracia e ao socialismo, a questão fundamental é como atrair uma massa maior de pessoas para o movimento político. Faz pouca diferença toda esta discussão em torno dos partidos. Tem pouco significado se os partidos continuarem a ter os mesmos vícios que eles tiveram no passado, com uma base popular muito tênue, e uma manipulação intensa por parte das classes dominantes, dos interesses da ordem do que realmente de participação das massas trabalhadoras e da classe operária. Eu acho que o problema central é ainda o problema de como criar condições de participação política da classe operária e das massas populares.

Vocês podem me dizer: “bom, o partido é instrumental para isso”. Acontece que no Brasil, o partido nunca foi instrumental para isso com exceção, em parte, do PC e do PTB — este manipulado por interesses mais ou menos conservadores — nunca houve dentro dos partidos brasileiros uma tentativa de se desprender dos interesses das classes possuidoras. Os partidos têm sido muito mais um mecanismo de dominação destas classes e de legitimação e dinamização das suas estruturas de poder do que fonte de aglutinação das massas populares e das classes trabalhadoras. De modo que, hoje, numa situação como esta em que nós vivemos, o elemento fundamental seria um trabalho político que deveria ser um trabalho só parcialmente aberto, de mobilização efetiva de massas populares e da classe operária. Vocês vão dizer: “isso é impossível”. É possível! É necessário pensar num mecanismo de agitação direta nas fábricas, nos bairros... enfim, onde vivem estas pessoas. Não se pensar apenas em esquemas praticamente obreiristas, populistas, oportunistas, de levantar questões que são de interesse da classe média, supondo que é aí que entra a motivação de um homem de pouca educação política. A idéia é que esse homem de pouca educação política está interessado em questões diretas e imediatas. Então, vamos falar de carestia, vamos falar de salário.

Será que é só isso? Ele não quer saber por que é explorado? Por que o salário dele não dá pra viver, não dá pra comprar remédio para os filhos?

Evidentemente que sim. Mas acontece que essa consciência só pode ser levada às classes trabalhadoras por um movimento organizado e que tenha uma forte participação popular e da classe operária. Eu coloco o problema assim. A questão não está em ir ao operário e dizer-lhe: — “Existe um regime ditatorial, você está sendo explorado, vamos para a praça da Sé para protestar”. Não. A questão está em organizar um movimento, expandir e irradiar este movimento às classes trabalhadoras das cidades e do campo e por aí conquistar meios de luta de classes de que não dispomos hoje.

Seria estúpido pensar que num estalar de dedos damos um salto. Nós não damos. Estamos em atraso em relação à Argentina, em relação ao Chile e inclusive até mesmo em relação àqueles segmentos de luta atuantes na Bolívia ou no México, quando se pensa em atividade política revolucionária. Nós não nos damos conta disso porque, aqui, a atividade política sempre foi um privilégio da classe média e alta. Ficaram pensando no “poder para o povo”, mas nunca pensaram como este processo se organiza. É duro tomar consciência disto quando se viu no Chile operários que não precisa-

vam de delegados de classe média ou alta, que eram capazes de falar por eles próprios, que tinham consciência muito clara dos objetivos do operário em termos políticos. Isto não nasce da situação profissional do operário. Isto aparece na consciência social do operário desde que exista uma ideologia socialista dinamizada por um movimento socialista revolucionário. Por isso eu penso que o problema central está na consolidação desse movimento, na sua irradiação, na capacidade que ele tiver de sair da estagnação em que nós nos achamos.

A mobilização em curso é uma mobilização de caráter ou elitista, ou semi-elitista. Voltamos ao passado. Voltamos à manipulação dos trabalhadores, das massas populares e supomos que certos políticos tenham uma delegação natural de poderes. Como Joaquim Nabuco pensava: os escravos são incapazes de exercer seus direitos, eles não têm personalidade política, então nós somos advogados “ex-officio” dos escravos. Hoje, muitos dos nossos políticos, inclusive na esquerda, se pensam, também, como advogados “ex-officio” das massas trabalhadoras, do proletariado urbano e dos bóias-frias.

É preciso estar alerta para o fato de que, hoje, o grande risco que nós corremos já não é mais a implantação de uma ditadura, a vitória de uma contra-revolução. A contra-revolução venceu, a ditadura foi implantada, quer dizer, ambas as coisas estão aí. O risco que nós enfrentamos é que temos de superar é que a contra-revolução, que o regime ditatorial consiga agora controlar também a transição para o chamado “período normal”. Quer dizer que eles levaram vantagem nos dois momentos anteriores e levariam vantagem neste terceiro momento. Porque eles aí coordenariam a transição para a pseudo-situação

É preciso estar alerta para o fato de que hoje, o grande risco que nós corremos já não é mais a implantação de uma ditadura, a vitória de uma contra-revolução. A contra-revolução venceu, a ditadura foi implantada, quer dizer, ambas as coisas estão aí. O risco que nós enfrentamos é que temos de superar é que a contra-revolução, que o regime ditatorial consiga agora controlar também a transição para o chamado período normal.

democrática, com a idéia de uma democracia relativa, das salvaguardas, do Estado de Direito, por aí a fora. Tudo isso é uma maneira de institucionalizar as medidas de segurança que tornam o regime existente um regime de exceção. Só que estas medidas, depois, não seriam mais impostas, elas seriam incorporadas à Constituição e seriam legitimadas pelo Parlamento e pelo processo eleitoral. Esse é um risco de demasiado grande. E todo o debate a respeito da criação dos partidos, da transição dentro deste regime, todo este debate nos leva a aceitar o jogo da contra-revolução. De modo que nós deveríamos entrar nesse debate a partir de um ângulo diferente, independente.

Nós temos que suplantear essa barreira e, para isso, é preciso sair dos quadros da liberdade que é outorgada pela ditadura. Ela só permite formas de dominação política que são vantajosas para que a própria ditadura determine em que sentido ela vai se transformar, que concessões ela vai fazer. É deste perigo, deste risco, que devemos fugir. De um lado, quebrando de uma vez o imobilismo político, que está na idéia de que certas atividades, porque envolvem o MDB, porque envolvem este ou aquele, por elitismo

são indesejáveis. Nós temos que usar todos os meios que nos permitam sair do imobilismo e propagar e uso aberto e corajoso da desobediência civil. E, de outro lado, tentar caminhos novos, caminhos que ainda não foram abertos.

Há uma outra proposta que se vem levantando, a da Frente Popular. Esta F.P. comportaria várias tendências e setores políticos, da burguesia liberal descontente à esquerda mais consequente, unificando todos contra o regime.

Eu acho que toda manifestação que leva à consciência e à expressão do inconformismo é útil e necessária. Agora, eu tenho uma certa perplexidade em relação tanto a um PS nascido deste regime e dentro desta situação, quanto em relação a uma Frente Popular, que também poderia ser um elemento de manipulação por correntes elitistas, do inconformismo do povo. A nossa tradição recente, desde 1930, passando por Getúlio, Juscelino, Goulart, Jânio, Ademar de Barros, é de utilização do inconformismo popular em termos de uma demagogia das classes conservadoras. De utilizar a insatisfação popular não para satisfazer as necessidades das classes trabalhadoras e aumentar a área de socialização e participação políticas das massas populares mas para aumentar a capacidade que as classes dominantes têm de preservar suas posições nas estruturas de poder.

Realmente, nós nunca tivemos populismo autêntico no país: tivemos uma demagogia populista. Os que falam em populismo como uma força intrinsecamente revolucionária cometem um equívoco. O populismo foi uma maneira de estabelecer uma conexão entre setores insatisfeitos das classes dominantes e o movimento popular. E nesse casamento, quem saiu perdendo foi o movimento popular porque ele,

realmente, não conquistou nada. Pode-se escrever a história dizendo que houve uma participação no momento das eleições, que muitas reivindicações foram atendidas e que a pressão das massas chegou a ser tão perigosa que tornou urgente 1964.

É indispensável considerar, porém, que 1964 não nasce só do medo às massas. Nasce, principalmente, da necessidade de criar condições dentro do país para a transição para o capitalismo monopolista e para um novo tipo de aliança com o imperialismo. O medo da pressão popular existia, mas existia também esta necessidade de estabelecer um novo tipo de aliança com um aliado muito forte e perigoso. Era preciso criar um Estado capaz de concentrar o poder para dissociar o desenvolvimento econômico da revolução nacional. Para acelerar o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo introduzir uma nova taxa de exploração da massa de mais-valia relativa. Foi por isso que tornou-se necessário apelar à contra-revolução, à criação de um regime ditatorial e, ao mesmo tempo, mudar não só a estrutura mas as funções do Estado.

O quadro, então, é complexo. E eu temo que nós, hoje, pequenos ou

por excesso de retração, ou por excesso de otimismo. É preciso temer a Frente Popular por causa da amarga experiência do passado. Mas, também, se nós não avançarmos no sentido de utilizar as manifestações de inconformismo que são mais fáceis de despertar, nós caímos no risco de mantermos o imobilismo que é tão favorável à ditadura.

Agora, isso tudo é um ponto de partida. Nós não devemos confundir fins imediatos com fins de médio e longo prazo. Estabelecer a idéia de uma frente de classes como um alvo central é empobrecer a ação de oposição à ditadura. A luta contra a ditadura que implantou o regime que existe no Brasil tem que ser intrinsecamente uma luta revolucionária. Limitar o objetivo desta luta revolucionária a tarefas de caráter imediato é restringir o horizonte político da ação inconformista. É por isso que eu fico um pouco perplexo, pois não sei realmente até onde nós podemos ir. Entretanto, qualquer que seja a pobreza dos pontos de partida existentes, nós temos que usá-los.

Acho que nós devemos nos fixar em “vamos fazer aliança de classes” como se aliança de classes fosse um milagre em si mesmo. O problema está em se calibrar o que se pretende. Destruir este regime? Isso não é dito. O que se pretende? Criar uma forma de participação política das massas, de organização das classes trabalhadoras? Isso não é dito. Tudo isso precisa ser dito. Inclusive porque se não é dito, depois as forças políticas que lutam por esses objetivos não se identificam na arena política. E as classes trabalhadoras, também as massas populares, serão manipuladas de novo pela demagogia populista, pelo oportunismo, inclusive de esquerda. Nós não podemos ignorar que na esquerda tem havido muito oportunismo.

Eu acho que, desde a década de 20 até hoje, o grande erro dos partidos de esquerda no Brasil foi o de terem ignorado os objetivos de longo prazo do movimento operário e da revolução socialista. A grande crítica que faço à Anistia, à luta contra a Carestia, pela Constituinte, pelo Estado de Direito é que estas palavras de ordem vêm soltas, elas não vêm ligadas com objetivos mediatos que se pretendam atingir. Não se diz, vamos lutar por isso porque é o que podemos fazer agora e isto é essencial para outras atividades que faremos no futuro. Isto é decorrência da falta de um movimento socialista denso, maduro, forte, realmente revolucionário. Como não existe este movimento não existe educação política das massas e elas não têm como manifestar-se. E o que acontece então é que as massas trabalhadoras e os setores mais sindicalizados das massas trabalhadoras acabam vítimas da confusão, lutando por objetivos puramente táticos e imediatos, como se estes fossem o objetivo final de uma revolução democrática; isto é, a revolução democrática não é definida, não é calibrada em termos de igualdade social nem da condição proletária. Ela é calibrada em termos da ordem, em termos do que se pode chamar abstratamente de aperfeiçoamento da sociedade capitalista, do estado democrático burguês. Ora, este ano é o nosso objetivo.

Há ainda algumas coisas que eu gostaria de falar a respeito da questão da Frente Popular. Quando se fala em aliança de classes, a que classe, está se referindo? Qual é o operário? Que massa operária está saindo por aí falando de aliança de classe? Quem está falando em aliança de classe, em nome do povo, em nome do operário, em nome do bóia-fria, etc.? E gente da classe média e alta. Agora, que aliança é esta que eles querem fazer? Com

quem? Por que querem fazer? Por que eles não pensam no processo central? Levar consciência política, radicalismo político, inconformismo político, capacidade de ação política organizada para o meio operário, as classes trabalhadoras e de uma maneira geral as massas populares?

Este é o problema central: que aliança de classe é esta? É o mesmo artifício: “o povo no poder”. Nós temos o poder para dar ao povo? Não é a maneira correta de um socialista colocar a questão. Para um socialista a questão é de organizar um movimento capaz de nos pôr ao lado do povo. Nós também aprendemos. Se temos uma consciência socialista mais clara temos que levar esta consciência. Isto não é elitismo. Realmente, o povo não pode ser visto em termos abstratos. Quem é o povo? Quem é o trabalhador? Quem é o operário que trabalha aqui e acolá? Que consciência ele pode ter do que é seu salário? Que é a exploração que ele está sofrendo? O que é a opressão? O que é a reprodução de uma sociedade capitalista? Tudo isso é bebada da ação socialista militante.

Tudo isto tem que ser propagado. Só a partir daí a gente pode falar em aliança de classes. Caso contrário a gente está falando em instrumentalização da aliança de classes não pelos trabalhadores, não pelos operários, não pelo povo, mas por setores elitistas, que não fizeram outra coisa na história do país. Só que eles mudam a linguagem. A linguagem é mudada de acordo com as circunstâncias, as vítimas são sempre as mesmas. Porque por aí não se chega a nenhuma forma de consolidação de um regime democrático

Quando se fala em aliança de classes, se está referindo a que classe? Qual é o operário? Que massa operária que está saindo aí falando de aliança de classe? Que aliança de classe é esta? É o mesmo artifício: o povo no poder. Nós temos o poder para ao povo? Não é a maneira correta de um socialista colocar a questão. Para um socialista a questão é de organizar um movimento capaz de nos pôr ao lado do povo.

burguês e nunca se dá às massas, nunca se cria dentro do país aquele espaço político através do qual as massas operárias da cidade e do campo possam se organizar politicamente e lutar elas próprias por seus interesses. A partir do momento em que elas passem a lutar pelos seus interesses, elas poderão ter seus partidos, poderão fazer suas alianças sem a nossa mediação. Nós poderemos ser úteis, pois seremos intelectuais desses partidos.

Dentro dessa linha de raciocínio, o que representa, hoje, a proposta de Constituinte? Seria uma alternativa para os setores dominantes, sacada do bolso para se buscar uma nova coesão?

Em relação a essa questão, o problema central é claro. A Constituinte de um Estado burguês só pode ser uma Constituinte burguesa. Um Estado de Direito numa sociedade capitalista só pode ser instrumental para o capitalismo. Tudo isso é claro, alvar. Agora, a palavra de ordem “Constituinte” pode ter alguma utilidade política em termos exatamente de desagregar as forças que apoiam este governo, de desestabilizar o regime ditatorial.

De imediato, eu acho que tanto as classes trabalhadoras quanto os movimentos realmente de esquerda podem utilizar vários tipos de reivindicações de tipo burguês. Não vejo porque não. Desde que seja visto no plano tático e não como objetivo político estratégico e de longo prazo; mais como uma maneira de acelerar a desagregação da ditadura e de forçar a transição para um regime que de imediato poderá não ser o contrário de ditadura mas terá de tolerar a liberdade de participação das massas e a presença da classe operária na sociedade civil. Agora, a constituinte em si mesma, o estado de direito em si mesmo, num país como o Brasil só podem ser instrumentais para as classes dominantes. Isto está fora de discussão.

Eu não me proporia como objetivo central nem a Constituinte, nem o Estado de Direito. Eu me proporia como objetivo central criar condições para que as massas populares e as classes trabalhadoras tenham emergência na luta política, tenham presença na luta política e tenham participação organizada em nome de seus próprios interesses. Isto é complicado. Isto não se atinge de um pulo para outro. Para se atingir este objetivo é preciso um longo trabalho de agitação e propaganda, organização de movimentos inconformistas e revolucionários. Tudo isto não foi feito no Brasil, as poucas tentativas falharam. O poder conservador revelou-se muito flexível e eficaz, antecipou-se. O problema para os que lutam contra este poder é ganhar tempo e acelerar este processo.

Nesse sentido, eu acho que algumas palavras de ordem podem causar confusões nas classes trabalhadoras, nos meios populares, nos círculos inconformistas de estudantes, de sacerdotes, de empresários. Mas é preciso correr este risco. Você não está dentro de uma redoma, de um vácuo. Nós estamos dentro de um espaço político saturado pela contra-revolução. Não podemos esconder armas, temos que usar “armas sujas”. Só a longo prazo podemos conquistar meios de luta congruentes com nossos objetivos. E para que as condições que possibilitam uma reviravolta como na URSS sejam criadas é preciso nos lançarmos na luta com a idéia de organizar politicamente a participação das massas populares das classes trabalhadoras no movimento político. Esse é o meu raciocínio fundamental.

Como o sr. vê o papel do intelectual na luta política e na direção dos interesses dos trabalhadores?

O nosso intelectual não tem verdadeira experiência em movimentos sociais revolucionários. Quando poderia ter começado a ter, o processo foi cortado. Não se pode ignorar os avanços que ocorreram no passado desde 1920 até hoje. Houve um avanço, produziu-se uma literatura que com frequência é esquecida, especialmente em jornais, pequenos jornais, jornais de partidos, jornais de pequena circulação.

Hoje nós enfrentamos uma situação nova. O movimento socialista hoje é muito mais difícil. De um lado, pelo cerco capitalista, que mudou de caráter. O cerco capitalista ao socialismo é organizado em escala mundial e de maneira racional. De outro lado, há uma cisão no campo socialista que o enfraquece, especialmente nos países de periferia. Além disso, os partidos socialistas praticamente se tornaram partidos radicais burgueses e certos partidos que eram de extrema esquerda tendem a saturar o espaço deixado pela social democracia.

Então nós estamos em um momento de crise, que é ao mesmo tempo um movimento de salto, o que nos obriga a não ser pessimistas. Agora temos de descobrir novas formas de organização; as tecnologias revolucionárias, que foram usadas no passado, já não possuem eficácia diante do cerco do capitalismo, racionalizado e organizado em escala mundial. A tecnologia foi superada, temos que descobrir outras formas de luta e de articulação e acho que é exatamente isso que vai acontecer. Eu não acho que a história parou porque — como dizem — os conflitos desapareceram e a tecnologia existe tanto no lado socialista quanto no lado capitalista, que a tecnocracia tem a mesma função dos dois lados. Esta é uma visão irracional da história.



Mesmo que reprimidas por (segundo nota da polícia do Paraná, “utilizaram-se de métodos marxistas e dialéticos na doutrinação das crianças de 2 a 6 anos de idade”, com vários de seus pais presos, as escolas OCA e OFICINA em Curitiba, com o número de alunos aumentarem.

Pelo jeito a “desculpa” não colou, nem pareceu tão catastrófica assim.

As experiências pedagógicas desenvolvidas por ambas as escolas, os pontos convergentes que apresentam com a Reforma Educacional do Governo, o papel da família no processo educacional, como o próprio conceito do que afinal de contas é educação – são questões polêmicas cuja discussão iniciamos agora e pretendemos continuar.

Em 1973, quando um grupo de profissionais liberais, intelectuais, jornalistas e professores se reuniram para elaboração de um projeto para educação pré-primária, em Curitiba, procuravam resolver um problema que lhes atingia particularmente: a falta de escolas especializadas para crianças na faixa de três a seis anos, que acarretava sérios problemas, sobretudo para as mães que trabalhavam fora de casa. Como a grande maioria dos Jardins de Infância que se apresentavam como alternativa não preenchiam as mínimas exigências para uma orientação pedagógica conveniente, um grupo de aproximadamente 30 pais iniciou um projeto de Associação Educacional que, em fins de 1973 viria a constituir – através de Publicação no Diário Oficial, a Associação de Estudos Educacionais/OFICINA, uma sociedade civil sem fins lucrativos, que pretendia organizar uma escola onde os pais, participando dos seus trabalhos, também aprenderiam a melhor educar os seus filhos.

Nos estatutos da AED definiam-se três finalidades básicas: promover estudos e pesquisas educacionais, editar estudos sobre assuntos pedagógicos e educacionais e manter um centro de aprendizagem aos filhos dos associados. Desde seu início, portanto, a AED deixou explícitos seus objetivos básicos. Não se tratava de uma escola, apenas, e sim de um centro de investigações pedagógicas que servisse como respaldo teórico a uma orientação prática de melhor qualidade na educação de filhos de associados, tanto em suas casas, como na escola.

A Associação desenvolveu-se com base no trabalho cooperativo de pais e professores, representando um avanço na aproximação efetiva entre pais e a escola. O funcionamento cooperativo exigia dos pais uma constante participação nas atividades escolares. “A princípio, pensamos também em fazer com que os pais – pai ou mãe – participassem inclusive do atendimento direto às crianças”, explica Zélia Passos, (mestrada) em educação pela Fundação Getúlio Vargas, que participa da Associação desde o início.

Nos primeiros meses, a permanência dos pais foi possível, durante o período escolar. Aos poucos, porém, a participação efetiva foi se concentrando na elaboração da orientação.

O afastamento dos pais, na fase da educação pré-primária, das escolas convencionais prejudica a criança e, na verdade, pode representar uma omissão da família, o que transforma os Jardins de Infância em simples depósitos de crianças durante o período em que são consideradas “incômodas” às atividades dos pais.

Tudo o que você quer ler está na

Livraria Escrita

autores brasileiros, contemporâneos, clássicos, imprensa alternativa, prosa e poesia marginal, literatura hispano-americana, americana, espanhola, inglesa, italiana, alemã, russa, os melhores títulos de ciências humanas.

Aceitamos encomendas, reembolso postal, pedidos por telefone e também cedemos espaço para lançamentos

Rua Dr. Hamem de Melo, 446 (paralela), a 100 metros da PUC
Fones: 62-3699 e 262-8861 05007 - São Paulo (SP)

O afastamento dos pais, na fase da educação pré-primária, das escolas convencionais prejudica a criança e, na verdade, pode representar uma omissão da família, o que transforma os Jardins de Infância em simples depósitos de crianças durante o período em que são consideradas “incômodas” às atividades dos pais.

A atividade cooperativa exigia, ainda, que os pais participassem da própria confecção de material pedagógico e manutenção da escola. Esta estreita ligação entre pais e professores e as crianças era tida como princípio básico na orientação da Oficina. Numa definição resumida das atividades escolares, a Oficina se define “por uma integração casa/escola”, pois, “reconhecendo a importância do meio familiar na formação das crianças, o projeto visa a plena integração”. Em seu folheto de divulgação, largamente distribuído, a Oficina defende “uma preparação dos pais para que deem sequência, no ambiente familiar, ao trabalho realizado na escola; ao mesmo tempo, busca-se a avaliação do relacionamento com as crianças no dia-a-dia em casa e no meio social”. Mais ainda, explica o folheto, “procura-se incorporar a experiência do meio familiar e social ao planejamento pedagógico, tornando-o mais rico e profundo”.

Redescoberta dos pais

Na verdade, a orientação seguida pela AED aproximava-se bastante das orientações adotadas pela própria reforma do ensino, quando procura integrar o aluno às necessidades sociais, o que dá um sentido efetivo à educação e a esta integração. Mas o que a reforma não pôde atingir, pelas enormes dimensões que o problema ganha a nível nacional num país com milhões de crianças e adolescentes nas escolas oficiais, a Oficina, com suas pequenas dimensões, pôde atingir facilmente, pois tratava-se de um grupo pequeno de alunos, cujos pais poderiam dispor de tempo e com nível cultural suficiente para compreender a importância desta integração.

O envolvimento dos pais na tarefa educacional, tanto pode estimular e aprofundar os pontos desenvolvidos nas escolas, como anulá-los, bloqueá-los, desfigurá-los. Ainda que se defenda, em tese e intransigentemente, a responsabilidade educacional como tarefa de Estado, não se pode excluir, mesmo numa estrutura social de educação estatizada, a participação dos pais como medida complementar e de continuidade. A defesa dessa participação é válida mesmo que se admita – e proclame – a educação como objeto de especialidade científica, além, portanto, das restrições teóricas de pais

leigos, na medida em que a eles cabe abandonar o conceito simplista da paternidade biológica, abraçando o da paternidade responsável pela formação de homens cuja vida futura se semeia nas turbulências e nas inquietações dos primeiros anos. Assim, a paternidade assume uma dimensão social muito mais ampla e profunda.

Na conjuntura atual, entretanto, cabe somar a essa participação a característica direcional, viável e imperativa em circunstâncias nas quais, quase sempre, os processos pedagógicos em voga adotam caminhos, especialmente ideológicos em sua quase absoluta maioria, distantes daqueles que julgamos corretos e justos. Nestas condições, os pais co-dirigem, com os professores, a educação dos seus filhos, fundamentando-se, naturalmente, nas exigências técnicas próprias da tarefa da educação.

Assim, o que se destaca é a mudança do eixo de entendimento da questão educacional, isto é, a de que os pais devem tomar a si, seriamente, a tarefa de codirigir a educação dos seus filhos, renunciando às práticas quase tribais que os séculos semearam na cultura humana, o empirismo, o espontaneísmo e, sobretudo, a irresponsabilidade diante dos pequenos seres que estão aí, para serem formados por quem lhes impôs a vida.

Além do trabalho cooperativo, a AED estabeleceu, como princípios básicos, a educação baseada na liberdade e numa orientação científica. Um ensino baseado na liberdade de aprender e não na imposição é sempre mais rico e fornece elementos para uma aprendizagem efetiva, compatível com as necessidades das crianças. Ao mesmo tempo, esta atitude aberta frente às experiências infantis tem suporte na definição de uma direção da educação e no delineamento de objetivos voltados para a concepção de uma civilização baseada em princípios que acreditam no avanço da humanidade.

Quanto à orientação científica, sempre que se aproximam as crianças de um mundo real, conhecido e comprovado cientificamente, este é muito mais rico e atraente do que os melhores contos de fada.

Os comportamentos de experimentação, de dúvida, de previsão, quebram os estereótipos das respostas pré-determinadas. Isto, envolto e enriquecido com as situações de jogos e fantasia das crianças dão dinamismo e desdobramentos às suas atividades realizadas em seu próprio meio, simples e natural.

Com o início das atividades, em 1973, a Oficina já contava com princípios de orientação básicos. Na busca do melhor respaldo teórico, fundamentou-se no estudo da teoria do psicólogo suíço Jean Piaget, conhecido



A educação como prática de liberdade?

como uma das maiores autoridades internacionais no campo da psicologia da inteligência. Piaget, introduzido no Brasil nos últimos anos, através da publicação de quase todas as suas obras por editoras nacionais, era também um dos autores adotados pelas melhores escolas de educação de nível superior. A Oficina, portanto, acompanhava de perto o próprio desenvolvimento dos estudos pedagógicos para esta faixa de idade. Na verdade, é preciso admitir, o Brasil conta com poucos estudos pedagógicos e não existe mesmo um programa oficial para escolas pré-primárias. Apenas recentemente, com o incrível aumento do número de escolas para a faixa do pré-escolar é que começaram a surgir os primeiros estudos com respaldo científico neste campo.

Entretanto, a escola Oficina não pode ser considerada, a rigor, como escola piagetiana. Os estudos de suas obras fundamentam boa parte de suas atividades de desenvolvimento da inteligência de suas crianças. Outros autores compõem também o rol de sua bibliografia básica. Segundo Zélia Passos, “a escola lança mão de outros estudos como os de Freinet – autor com larga experiência em educação na França, principalmente na área do aprendizado formal da linguagem – Victor Lowenfeld e Gloton – os quais estabelecem orientações metodológicas para o tratamento da questão da criatividade infantil.

“Esses autores, continua Zélia, são pontos de partida para a definição do nosso próprio método. Os associados da AED/Oficina, na tentativa de definir essa linha, já elaboraram vários estudos fundamentados em teorias de Piaget, Freinet, Lowenfeld ou Gloton. Através desses estudos, acabamos por definir três áreas principais de atividades, as quais são adotadas no processo educacional. A primeira das áreas é a de desenvolvimento físico-sensorio motor – para o que se utilizam exercícios específicos. A representação simbólica é a segunda e aquela que abrange as atividades planejadas de desenvolvimento da linguagem, dos jogos simbólicos – o faz de conta, expressão gráfica e musical”.

“Há ainda, diz a professora, as atividades que nós chamamos de matemática para as crianças”. Consiste numa série de jogos onde a criança é levada a executar operações mentais, das mais simples às mais complexas. O método desenvolvido pela Oficina procura também partir de atitudes do relacionamento criança/adulto, para levá-las a pensar de forma a reagirem e elaborarem respostas conforme cada situação, cada desafio e em função das experimentações realizadas em cada caso.” “E exatamente em função desse aspecto, observou a pedagoga, que se torna impossível ensinar teorias para crianças, sejam marxistas, conforme se levantou, ou quaisquer outras. Isso porque, dentro da escola, a criança está em fase anterior à da formulação de conceitos. A criança situa-se numa fase eminentemente sensorio-motora e de representações simbólicas que a levam unicamente a pensamentos práticos,

imediatos, a partir da própria experiência”.

Um dos principais pontos onde os métodos utilizados na Oficina diferem dos das outras escolas para crianças dessa faixa etária – até 6 anos – é o de se buscar, constantemente, a possibilidade de se desenvolver atividades em grupo e não o de valorizar as atividades individuais. “O professor cumpre o papel de estabelecer formas de relacionamento nesse sentido, desencadeando e acompanhando os exercícios em grupo”, disse ela.

Zélia acrescentou que os resultados da utilização do método da Oficina vêm se observando de forma positiva. Dentre as vinte crianças que passaram dos seis anos de idade, a maioria ocupa posições de destaque nas escolas que agora frequentam.

Quanto à teoria de Piaget, é baseada principalmente numa explicação de como se dá a aquisição do conhecimento por parte da criança.

Muita brincadeira

Como fazer, porém, a transposição para a prática de princípios teóricos claros mas ainda pouco empregados, na educação pré-escolar brasileira?

A Oficina é uma escola simples. Instalada em uma casa, com instalações convencionais, um grande pátio onde as crianças dispõem de espaço físico e de equipamentos para ginástica: barras, balanços, escadinhas, pau-de-sebo, árvores, calxa de areia. Na verdade, para as crianças menores, na faixa de 2 a 4 anos, as atividades motoras, físicas, têm a predominância. Um dia de trabalho com estas crianças tem sempre o maior tempo dedicado a trabalhos de manipulação, exercícios físicos e exploração do ambiente. Para as crianças maiores, a observação da natureza assume um caráter mais sistemático: num dia de trabalho normal, as crianças poderão ter atividades como cuidar de animais, preparar o terreno para o plantio, ginástica, onde a brincadeira física ganha características de jogo, com regras próprias que as crianças devem observar: atividades nas barras, corrida com arcos, corrida com pneus, corrida com sacos, virar do avesso, túnel de crianças. As atividades recreativas, comuns a qualquer criança desta idade são a mão-cola, quatro cantos, jogo de memória e sensorial, seguir o mestre.



Nesta fase, estórias como “A Festa na Floresta”, “O Bicho Folha Seca”, “Cabra Cabrez” e “A Galinha Ruiva” são desenvolvidas com grande participação das crianças, geralmente culminando com a sua encenação em teatro pelas crianças. As encenações são amplamente estimuladas, envolvendo situações que enriquecem a imaginação, a observação e a comunicação. Periodicamente, acampamentos das crianças com seus professores são realizados nos arredores da cidade.

Para os professores, a observação do comportamento das crianças, de sua reação a cada um dos elementos novos introduzidos nas atividades tem papel relevante. Assim, nos relatórios de classe e nas reuniões semanais com os pais, é possível observar comentários entusiasmados, como o relato que fala das “reações dos bebês na hora do lanche. Eles já sabem que precisam lavar as mãozinhas”. Ou então, a preocupação na hora da entrada, “quando os pequenos ainda choram e às vezes fica difícil separá-los dos pais”. Num relatório, a professora dos pequenos observa que “as crianças menores ficam muito bem com a professora que não aparece na hora da entrada, porque não a identificam com a pessoa que a separou dos pais”.

Estas informações, trocadas continuamente entre os pais e os mestres, garantem uma estabilidade emocional para as crianças e a permanente avaliação dos pontos sensíveis de cada criança. O tipo de atenção individual e ao mesmo tempo a participação coletiva na discussão dos problemas sempre torna sua solução, no que diz respeito às crianças, mais completa e menos sujeita a equívocos, tanto da parte dos pais quanto dos professores.

Nas reuniões periódicas entre pais e professores, procura-se aprofundar os elementos básicos de pedagogia para harmonizar a atividade da escola com a vida em casa. Alguns estudos de pais e mestres deverão, inclusive, vir a ter imediata divulgação.

Entrevista concedida por escrito pela diretora-presidente da Associação de Estudos Educacionais – AED/Oficina, Carmen Regina Ribeiro, e pela pedagoga e professora da mesma Associação, Zélia Passos, exclusivamente para a surcursal do jornal EM TEMPO, em Curitiba.

Porque o Paraná

Estão aí, para os que ainda acreditam na “distensão do presidente Geisel”, as últimas prisões de Curitiba.

Dia após dia fica mais evidente que a “política de aberturas” se volta mesmo é para a acomodação dos setores burgueses. O aparelho repressivo se faz presente sempre que necessário para defender os interesses do regime. O fato é que, apesar do barco fazer água, ainda está longe de ir a pique.

Com a justificativa de “ensinarem marxismo para

crianças de 2 a 6 anos”, se fizeram as prisões. Já que o regime não está conseguindo coesionar os diversos interesses burgueses em jogo e as lutas internas extravazam os limites do parlamento e mesmo dos quartéis, tenta-se fazer estardalhaço em torno do batido e desgastado “motivo” de ameaças à segurança nacional.

A atuação das pessoas presas nas escolas OCA e OFICINA foi apenas uma justificativa, e das mais frágeis, à opinião pública. A verdade é

que as pessoas presas são conhecidas há muitos anos pela sua combatividade e espírito de luta.

O fato do Paraná ter sido o escolhido para “vítima” não foi por acaso; é onde a cisão militar ficou mais evidente e o movimento de massas ainda não se recuperou dos golpes sofridos nos últimos anos. No entanto, o tiro saiu pela culatra. Familiares, clérigos, parlamentares, colégios (inclusive os mais tradicionais), associações profissionais e estudantis se posicionaram imediatamente exigindo a libertação dos presos. Entidades de todos os Estados manifestaram-se. O

Ministro Falcão desta vez deixou de lado o seu tão conhecido “nada a declarar” e determinou que os presos recebessem visita de advogados e fossem liberados logo após os depoimentos. E as prisões não tiveram continuidade.

Se a jornalista Juracilda Veiga foi libertada rapidamente não se deve à boa vontade dos órgãos de segurança mas às denúncias e mobilizações que se alastraram pelo Estado e pelo País.

O sequestro de Juracilda Veiga sugere a existência de articulação entre métodos legais e clandestinos para tornar mais eficiente o aparelho

repressivo. O próprio General Alcindo Gonçalves não eliminou esta possibilidade ao afirmar: “para o bem da segurança nacional e em casos graves de subversão, eu comandaria um sequestro”.

As prisões do Paraná indicam que apesar da crise econômica e política o regime no fundamental não mudou seus contornos. Tendo fôlego suficiente para responder reprimindo, os movimentos sociais de oposição que hoje em reanimação, a ele se opõem.

É dessa forma que se mantém e prepara o caminho para sua própria institucionalização.

Pedro Dani

SOB O DOMÍNIO DO AÇO

Em João Monlevade, 50 mil habitantes, localizada a 115 km de Belo Horizonte, no leito da rodovia BH-Vitória, a população operária vive sob permanente domínio do aço. A companhia siderúrgica Belgo Mineira é a dona de tudo. Agora ela impôs aos trabalhadores um "clima de terror", derivado de uma política intencional de desemprego. A Belgo não emprega ninguém e, além disso, introduziu uma política de racionamento da mão-de-obra.

O Sindicato está reagindo. As ameaças já começaram. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade,

João Paulo Vasconcelos, pretende realizar uma passeata pela cidade para convocar os trabalhadores para uma assembleia. Pretende "denunciar o FGTS, o desemprego, pois a legislação não dá garantia nenhuma ao trabalhador". Por iniciativas como essa, João Paulo já foi intimado pela Delegacia Regional do Trabalho e até pela Delegacia de Polícia da cidade. EM TEMPO enviou repórteres a João Monlevade. E eles descobriram que o domínio do aço foi construído e é mantido à custa de muito suor e repressão sobre milhares de trabalhadores.

Violência e ameaças contra o sindicato e os trabalhadores não são coisas novas em João Monlevade. Por exemplo: José Maria Rodrigues, operário, preso em 1964, conta que "o movimento de 31 de março veio e puseram intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos. Saiu o Geraldo Oscar, presidente eleito pelos trabalhadores, e entrou o tenente Gorgozinho, interventor".

Recentemente, o presidente eleito do Sindicato, João Paulo, foi intimado pela Delegacia Regional do Trabalho, a DRT, dirigida pelo delegado Onésimo Viana, para prestar depoimento a respeito de uma entrevista que ele deu ao Jornal do Brasil, edição de 17 de março, na qual João Paulo afirma que o "governo é ilegítimo".

Fala João Paulo: "Fui chamado na DRT para depor no dia 20 de março, às 16:00 horas. Expliquei os termos da entrevista ao Jornal do Brasil. Colheram o depoimento e o enviaram para Brasília e se negaram a me fornecer cópia. A imposição foi de Brasília, via Ministério da Justiça. Onésimo Viana colheu o depoimento. Jair Augusto foi o escrivão".

No mesmo dia em que recebeu a convocatória da DRT para depor, João Paulo encaminhou carta à Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais, na qual ele esclarece o seguinte: "Como é do conhecimento público (...) a Belgo Mineira está consumando a dispensa de dezenas de companheiros metalúrgicos, alegando medidas de economia (...) Sabem todos os companheiros sindicalistas que, manietados pela legislação excepcional em vigor, como o FGTS e outros decretos, o trabalhador brasileiro se transformou numa mera peça de engrenagem de um capitalismo desumano.

Prossegue: "No caso específico dos metalúrgicos, todos sabem que tem os recebido pesado ônus, sempre a alegação de que nosso trabalho é de interesse da segurança nacional; esse ônus representa enorme sacrifício para a nossa categoria, cada vez mais agravado diante do poder sem contraste do capital, sabido que a justiça do Trabalho está transformada em simples órgão homologador das decisões do Governo e da vontade impositiva da categoria econômica", ou seja, os patrões.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade também foi chamado à Delegacia de Polícia da cidade. Nesse semana agora o sindicato está aguardando

resposta do Delegado de Polícia Heitor Rugio, ao qual foi solicitada garantia para a realização de uma passeata pacífica, para convocação pública de uma Assembleia Geral Extraordinária. "Não estamos pedindo autorização, mas garantia, diz o presidente do sindicato. Queremos fazer a passeata e denunciar o FGTS, o desemprego, pois a legislação não dá garantia nenhuma ao trabalhador, o governo não tem ônus nenhum. Não paga seguro-desemprego".

O sindicato corre risco de intervenção iminente? Não se sabe. Intervenção no Sindicato, perseguição aos trabalhadores, prisões e desemprego são coisas que já aconteceram na cidade. É o que se conta a seguir.

Sob o domínio do aço

Em Monlevade a vida pulsa no ritmo da Belgo. A usina é o senhor dos 4200 empregados e do grande desemprego. As mulheres não têm em que trabalhar, praticamente. Desemprego dos que não têm chance de uma vaga e que têm que deixar a cidade, e agora desemprego de algumas dezenas de operários mandados embora. A Belgo é o senhor do ICM local que mantém a Prefeitura e seus 850 funcionários. Senhor dos quase dois mil aposentados, das poucas ilusões, das migrações, dos internamentos em hospitais psiquiátricos, da política local, da lei e da ordem, e é senhor também dos desarranjos que ela impõe à vida familiar dos operários. Belgo é o senhor do tempo e da vontade de 4200 homens, para os quais o emprego na companhia é quase uma benção, porque não há outro.

João Paulo explica as limitações que essa situação impõe ao trabalho do sindicato: "A disputa por uma vaga na Belgo é ferrenha e que conseguem esta vaga se agarram a ela de todas as maneiras, se sujeitam a todas as imposições com medo de perde-la. Não existem outras oportunidades de emprego. De modo que isso dificulta muito a atividade do sindicato no que diz respeito à função mais importante que é a reivindicatória".

Até 1964 a principal arma política da Belgo era o paternalismo, sempre aliado ao monopólio de dar e tirar emprego. "Desde o início da companhia, na década dos anos 20, até 63-64, prevalecer: um paternalismo acentuado, explica João Paulo. A direção da empresa intrometia até na vida particular dos trabalhadores. Ela assumia a responsabilidade por todas as necessidades da população de Monlevade: habitação, energia, armazém, casas de diversão, todos os serviços urbanos, dava lenha, hospital e até reparação nas casas. De modo que isso inibia toda e qualquer participação da população naquilo que lhe dizia mais respeito. Esse paternalismo impediu que a cidade se desenvolvesse, tivesse vida própria. A Belgo praticava o coronelismo dentro de João Monlevade".

Greves e intervenção

Paternalismo e salário baixo, a receita da Belgo. Tanto era assim que nos anos 1962 e 1963 aconteceram greves por causa de salário. José Maria Rodrigues participou das duas greves. Ele conta a história: "Essas greves foram por causa de salário. O povo pedia salário melhor. O sindicato pelejou com a companhia. O tal Ademar Soares de Oliveira, diretor da Belgo, falou com o Geraldo Oscar, presidente do sindicato, que não dava um tostão de aumento. O Geraldo ainda falou que a turma estava meio agitada. O diretor virou pro Geraldo Oscar e falou assim: 'aqui em Monlevade só tem mulher'. Geraldo foi e levou aquela provocação no povo do sindicato, o povo agitou e parou a usina, por causa de aumento de salário. Seis ou sete mil operários pararam o trabalho".

Além do salário baixo, as condições de trabalho e as perseguições dentro da usina "agitavam o povo todo", conta Rodrigues. A segunda greve também foi por causa de salário. "Um chefe da fábrica foi na casa do vice-presidente do sindicato e por três vezes pediu a ele para convencer o presidente a parar a usina. Foi indo até parar, durante 4 dias. Dessa vez até que foi bom pra essas chefias. Tiveram salário dobrado, satisfeitos, e nós é que levamos bomba". Naquela época todo mundo era associado ao sindicato, operário, funcionário, professora, médico, até as chefias da Belgo. Mas o sindicato não era forja da usina. Veio o 31 de março e puseram intervenção no sindicato. Entrou o tenente Gorgozinho, que era e é empregado da Belgo. Mexe nesse serviço de segurança da usina. Ele fala com os meninos na aula aí que nós falamos dele e que ele não teve culpa nenhuma. Ele até ajudou a fazer prisão, diz José Maria. Nós fomos perseguidos. Foram 74 operários mandados embora. Teve muita casa invadida".

O vereador Océlio Carneiro, do MDB local, alfaiate de profissão, chegou à cidade no dia 31 de março. "Cheguei aqui no dia desse movimento. Tinha vindo da roça, não entendia nada de política e levei um susto danado com o que vi. A gente só via prisão desse pessoal mais velho da Belgo. Policiamento entrava na casa do sujeito e jogava até colchão para fora. Eram militares e policiais. Encheram um ônibus de presos políticos e ouvi dizer

que levaram eles pra Ilha das Cobras. Depois de 64 nunca mais houve greve. O operário foi muito perseguido e calaram o sindicato".

Em Monlevade a população conhece o "caso dos 74", operários mandados embora da Belgo em abril de 1964 e presos. "Dentre eles havia 4 delegados sindicais, diz José Maria, mas todos os 74 eram dos mais velhos de casa. Nós tínhamos estabilidade. A Belgo aproveitou a ocasião e inventou lá nós éramos comunistas. Foi coisa do Ademar Soares de Oliveira. Entramos na Justiça e perdemos. Um processo que era trabalhista depois virou assunto comunista".

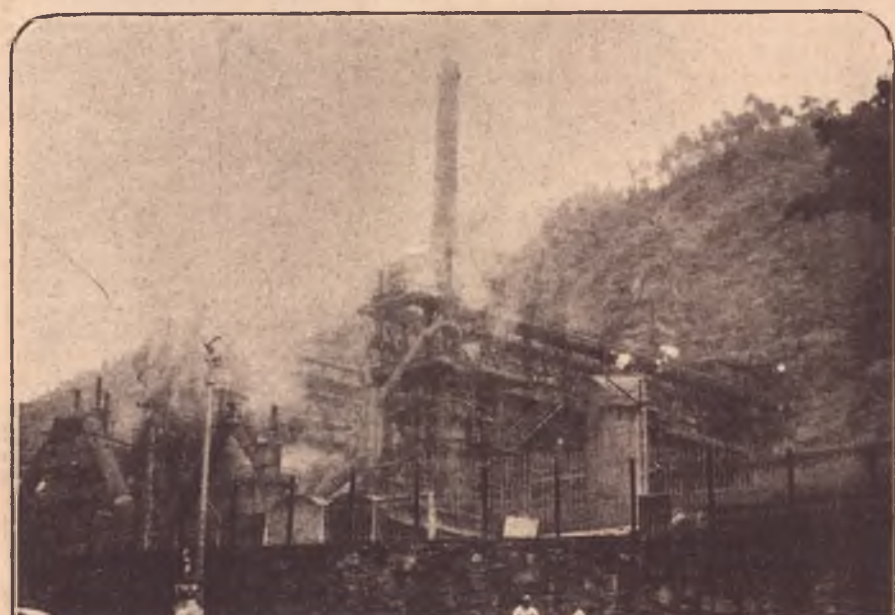
José Maria Rodrigues trabalhou mais de 20 anos na Belgo, quatorze deles fichado como empregado e os outros "por conta do esquecimento da companhia". Foi mandado embora em 1964 e preso dentro do escritório do diretor Ademar Soares de Oliveira. Era presidente de uma Comissão Industrial de Prevenção de Acidente -CIPA- e delegado sindical de sua seção, eleito operários para os dois cargos. Com 10 filhos, ele hoje vive de uma pequena renda "e a outra ... que é a de Deus. Minha mulher costura noite e dia e duas filhas mais velhas trabalham".

"Quem faz a lei aqui hoje somos nós"

No dia 1º de abril de 1964 José Maria Rodrigues trabalhou no horário das 3:00 da madrugada às 11:00 da manhã. "Na hora de sair, ele conta, o Paulo Carneiro, engenheiro chefe de minha seção, me mandou para o escritório do Ademar Soares de Oliveira. Fui. Era encarregado e costumava ser chamado. Nem pensei em negócio revolucionário. Entrei e lá dentro havia 4 policiais de Belo Horizonte, que me levaram preso. Sai da cadeia no dia 18 de abril. Me levaram direto pro escritório do Ademar Soares. Lá diante da chefia dr Belgo e de 6 policiais, também de BH, fui obrigado a assinar uma conta de salário. Primeiro eu não quis. Aí o Ademar falou que então eu ia resolver o assunto com a polícia. Ameaçou e gritou comigo. Falou assim: Agora você vai buscar aquele negro do sindicato pra te ajudar. Busca lá. Pois quem faz a lei aqui hoje somos nós. A lei é Ademar Soares de Oliveira".

E a lei do aço dos grandes lucros, boa parte dos quais a Belgo exporta para a matriz europeia. Em números a lei do aço quer dizer: lucro líquido global de 698 milhões, em 1976, e, em 1977, lucro líquido de 519 milhões. Ou seja, mais de Cr\$ 100 mil por trabalhador.

Por João Batista, Maizé Trindade, Paulo Lúcio Camargos e Paulo Barcala.



A TODO VAPOR

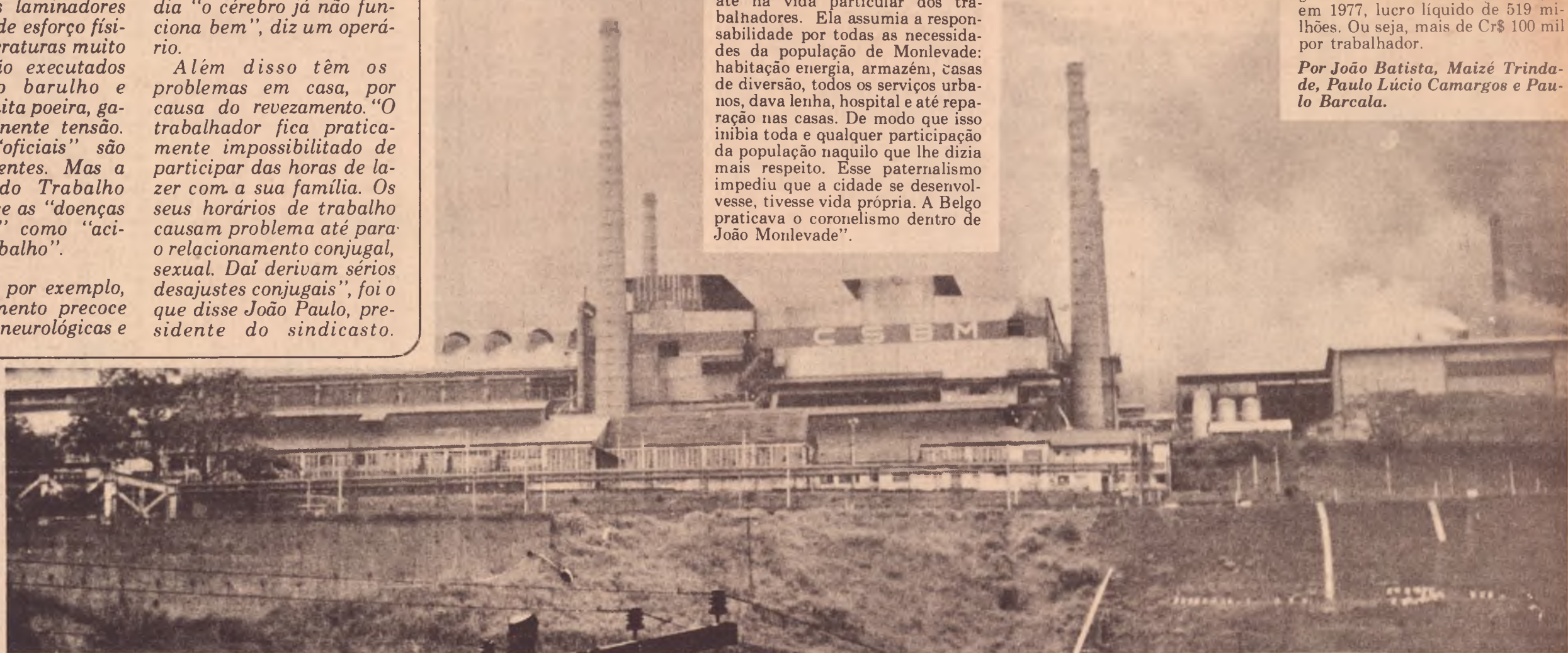
As condições de trabalho na Belgo Mineira

A usina é comprida e comprimida. Tudo e todos operam em capacidade máxima. Concluído o plano de expansão e de modernização, expandiu-se notavelmente a produtividade. Os salários não. Os trabalhos nos alto-fornos, nas aciarias, nas pontes rolantes e nos laminadores exigem grande esforço físico sob temperaturas muito altas, ou são executados sob intenso barulho e vibração, muita poeira, gases e permanente tensão. Acidentes "oficiais" são pouco frequentes. Mas a Legislação do Trabalho não reconhece as "doenças profissionais" como "acidente do trabalho".

Na Belgo, por exemplo, o envelhecimento precoce e as doenças neurológicas e

psíquicas são assustadoramente frequentes. A força de trabalho vai sendo "desbastada" como o aço no laminador. Além disso tem o sistema de "revezamento por turno" que submete os operários a uma jornada de 7 dias de trabalho corridos. No terceiro dia "o cérebro já não funciona bem", diz um operário.

Além disso têm os problemas em casa, por causa do revezamento. "O trabalhador fica praticamente impossibilitado de participar das horas de lazer com a sua família. Os seus horários de trabalho causam problema até para o relacionamento conjugal, sexual. Daí derivam sérios desajustes conjugais", foi o que disse João Paulo, presidente do sindicato.



Campanha pode pegar fogo

Até julho próximo, as atenções de grande parte do movimento operário brasileiro se concentrarão em São Paulo. Durante esse período estará sendo realizada a campanha das três chapas que disputam a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, com aproximadamente 340 mil trabalhadores na base e 60 mil sindicalizados. Com o lançamento oficial da chapa de oposição (a chapa 3), no dia 4 de abril, a campanha promete "pegar fogo".



Desde 1964, quando foi convocado pelo Ministério do Trabalho para integrar a junta interventora, Joaquim de Andrade domina o Sindicato dos Metalúrgicos. Entre 1965 e 1975 venceu cinco eleições. Em 1965 e 1975 concorreu sozinho. Em 1967, 1969 e 1972, conseguiu derrotar valdeiros operários da envergadura de Valdemar Rossi, Antônio Flores e Hermínio For. Segundo suas palavras, durante esses anos, tem administrado o sindicato como se ele fosse uma empresa.

Para as eleições desse ano, que ocorrerão entre 26 e 30 de junho, a chapa de Joaquim de Andrade terá a facilidade de concorrer com dois adversários (a chapa 2, que se define como de renovação, e a chapa 3, de oposição), o que, certamente, provocará a divisão de votos dos metalúrgicos descontentes.

Os principais pontos do manifesto-programa da chapa de oposição, que será divulgado no dia 4 de abril próximo, são os seguintes: "pelo aumento do salário, de três em três meses, de acor-

do com o aumento do custo de vida; por um salário mínimo capaz de atender as necessidades básicas do trabalhador e sua família; pela reposição do que a gente perdeu nos salários, nos anos de 73 e 74; salário igual para trabalho igual, inclusive para mulheres e menores; contrato coletivo de trabalho e negociações diretas com os patrões; reconhecimento dos delegados sindicais escolhidos pelos trabalhadores; formação de comissões de companheiros nas fábricas para discutir os problemas e encaminhar resoluções; direito de greve, como é reconhecido o mundo todo; liberdade para discutir nossos problemas e para nos organizarmos; independência em relação ao ministério do Trabalho; reajuste integral para os operários com menos de 1 ano de casa e para os que estão no INPS ou aposentados; pelas férias pagas em dobro; pela unificação das datas bases dos dissídios coletivos; por 40 horas semanais de trabalho, sem diminuir o salário; pela reformulação do FGTS, com

estabilidade do trabalhador a partir do primeiro dia de trabalho; por um salário mínimo profissional e um salário profissional igual em todas as fábricas".

Além disso, a chapa 3 também pretende: "REALIZAR ASSEMBLEIAS PERIÓDICAS POR FÁBRICAS OU GRUPO DE FÁBRICAS; PARA DISCUTIR NOSSOS PROBLEMAS; criar sub-sedes do sindicato, perto das fábricas, na Lapa, Santo Amaro, Ipiranga, Penha; criar um departamento feminino; dinamizar e melhorar o departamento jurídico e o departamento cultural; fazer com que todos os companheiros possam aproveitar a colônia de férias; pela melhoria do INPS com fiscalização do sindicato."

Em seus pontos mais importantes, o programa da oposição coincide com as plataformas das atuais diretorias dos Sindicatos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, São Bernardo e de várias oposições sindicais, como as de Vasconcelos e São Caetano. Fenômeno estranho na campanha dos metalúrgicos paulistas é o fato de as chapas da situação e da renovação (esta encabeçada por Cândido H. G. Araújo) levantarem reivindicações semelhantes às da oposição (dirigida por Anísio Batista de Oliveira).

Por isso, as diferenças entre as chapas serão mais claramente marcadas durante a campanha, quando cada uma explicitará seu programa e revelará suas críticas às outras. E os primeiros sinais já começam a aparecer: enquanto as chapas 1 e 2 têm insistido mais em criticar a oposição do que a atual realidade dos trabalhadores do país, a chapa 3 tem reiterado sua denúncia do atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, mas não tem deixado de acusar o peleguismo da chapa 1 ou o divisionismo da chapa 2.

EM TEMPO!